



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

CÍCERA GOMES DE ANDRADE

MEMÓRIA E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO ESPAÇO AGRÁRIO:
Estudo da presença da Comissão Pastoral da Terra na organização das lutas
camponesas no município de Cajazeiras - PB

**CAJAZEIRAS-PB
2015**

CÍCERA GOMES DE ANDRADE

MEMÓRIA E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO ESPAÇO AGRÁRIO:
Estudo da presença da Comissão Pastoral da Terra na organização das lutas
camponesas no município de Cajazeiras-PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em
Geografia da Unidade Acadêmica de Ciências
Sociais da Universidade Federal de Campina
Grande – UFCG.

Orientador: Dr. Josias de Castro Galvão

CAJAZEIRAS-PB
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

André Domingos da Silva - Bibliotecário CRB/15-730

Cajazeiras - Paraíba

A553m Andrade, Cícera Gomes de

Memória e ordenamento territorial do espaço agrário: estudo da presença da Comissão Pastoral da Terra na organização das lutas camponesas no município de Cajazeiras - PB. / Cícera Gomes de Andrade. Cajazeiras, 2015.

51f.

Bibliografia.

Orientador (a): Prof. Dr. Josias de Castro Galvão.

Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. Luta pela terra - Cajazeiras - PB. 2. Reforma agrária. 3. Teologia da libertação. 4. Comissão Pastoral da Terra. I. Galvão, Josias de Castro. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU –332.2.021.8(813.3)

CÍCERA GOMES DE ANDRADE

MEMÓRIA E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO ESPAÇO AGRÁRIO: estudo da presença da Comissão Pastoral da Terra na organização das lutas camponesas no município de Cajazeiras-PB.

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande/UFCG, para a obtenção do título Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Josias de Castro Galvão

Aprovado em 06/04/2015

BANCA EXAMINADORA

Josias de Castro Galvão

Prof. Dr. Josias de Castro Galvão (CFP/UFCG - Orientador)

Mariana Borba de Oliveira

Profª Msª Mariana Borba de Oliveira (IDS/PB)

Mariana Moreira Neto

Profª Drª Mariana Moreira Neto (CFP/UFCG)

Ao meu **Deus**, por iluminar o meu caminho, pela permissão de realizar este trabalho, por me guiar na caminhada, por minha família e por estar presente em todos os momentos da minha vida.

Dedico

AGRADECIMENTOS

A Deus, por manter-me na fé, apoiar-me principalmente nos momentos mais difíceis da vida, dar-me força para vencer os obstáculos e coragem para continuar meus estudos.

Aos meus pais, Natália Maria de Andrade e Vicente Gomes de Brito (*in memoriam*), pelo apoio, orientação, dedicação e incentivo no curso de graduação e durante toda a minha vida, e por não terem me abandonado em nenhum momento da minha vida. E aos meus irmãos Aparecida Gomes de Andrade, Joana Gomes de Andrade, José Gomes de Andrade, João Gomes de Andrade e Maria Gomes de Andrade, pelo carinho, força e amor que a mim dedicaram.

Ao casal Nonato Gouveia e Josefa Júlia Gouveia por me acolher como filha em sua residência na cidade de Cajazeiras, conferindo-me o apoio a todas as minhas iniciativas, especialmente as acadêmicas, bem como por ter acompanhado toda a minha angústia, por todo o carinho e preocupação dedicados durante todo este tempo.

Aos meus sobrinhos Débora Maria do Nascimento, Danielle Maria do Nascimento, Daiane Maria do nascimento, Daniel e Ailton Filho, por me apoiar, fazendo-me mais forte para seguir em frente na caminhada.

Aos Amigos e companheiros de trabalho da Comissão Pastoral da Terra: Antonio Cleide Gouveia, Maria do Socorro Ferreira, Maria do Socorro Goveia, Francisco Jossean Alves Bezerra, José Luiz Filho e da RECID, por estarem sempre ao meu lado, oferecendo-me amizade sincera e apoio na minha vida acadêmica.

Aos colegas de curso, especialmente a Alvino Pereira da Silva Neto, Maria Aparecida dos Santos Silva e a Maria Elisiane da Silva Leite pelo grupo de estudos do início ao fim do curso, bem como pelos momentos de alegrias, de aprendizagens, de construção do conhecimento e da troca de experiências, durante a vida acadêmica.

Ao professor Orientador e amigo, Josias de Castro Galvão, por colaborar com a construção da minha aprendizagem, por proporcionar momentos de descontração e por me ajudar diante das dificuldades encontradas no curso e também pela sua amizade para comigo,

sempre querendo nos encaminhar para construção de saberes. A ele serei eternamente grata por acreditar, desde que cheguei à Universidade Federal de Campina Grande e, por fim, por ter aceitado o desafio de me orientar neste trabalho.

Ao meu amigo Diego Nogueira Dantas, por ter me incentivado desde que estava cursando o Ensino Médio a fazer o Curso de Geografia.

Ao Robson Lins de Sousa, pelo apoio, incentivo e por estar ao meu lado nesta fase que exige muita concentração e dedicação aos estudos.

Ao Padre Hermínio Canova, pela contribuição e acolhimento da temática e por não medir esforços em me apoiar na realização desta tarefa que carece do contato e da discussão com a Teologia da Libertação. Como também ao Padre Gervásio Fernandes de Queiroga, por ter aceitado e dedicado algumas horas de seu tempo para uma conversa em pleno carnaval e pela disposição em colaborar com este trabalho.

Aos camponeses e camponesas, de forma toda especial a Lorival Vieira de Sousa e Francisco Vieira Filho pelo acolhimento, carinho, força, animação e incentivo na caminhada, principalmente, pela partilha das histórias de vidas, das experiências, da luta para conquistar um pedaço de terra e da alegria de contribuir para a construção deste trabalho.

A todos os professores e professoras da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) que deram a sua efetiva contribuição na minha vida acadêmica, a todo tempo incentivando e conduzindo os acadêmicos aos estudos e à reflexão.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho.

Obrigada a todos!

RESUMO

O presente trabalho teve como propósito investigar o envolvimento da Teologia da Libertação e, posteriormente, da Comissão Pastoral da Terra (CPT- Sertão – PB) com a memória e o ordenamento territorial do espaço agrário do município de Cajazeiras, a partir de sua inserção na organização das lutas camponesas. A Igreja assume a missão de libertar os camponeses e a terra das cercas dos patrões, por se comover com a situação do campesinato que estavam submetidos à circunstância de semiescavidão. Isto porque, historicamente, a terra no Brasil esteve concentrada nas mãos de grandes proprietários latifundiários em detrimento do grande número de camponeses excluídos do acesso à terra. Foi em meio a este cenário que, no Alto Sertão paraibano, surgiu a ação da Igreja materializada na da Teologia da Libertação, especialmente, com a chegada dos Padres Italianos à Diocese de Cajazeiras, que ouviram o clamor dos camponeses empobrecidos, assumindo assim, a causa dos pobres. Num primeiro momento, o Movimento de Evangelização Rural (MER), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Pastoral Rural e por fim, a Comissão Pastoral da Terra (CPT – Sertão – PB) que existe até os dias atuais.

Palavras-chave: Teologia da Libertação. Luta pela Terra. Comissão Pastoral da Terra.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the involvement of Liberation Theology and later, the Comissão Pastoral da Terra (CPT- Sertão - PB) with memory and spatial planning of the agricultural area of the city of Cajazeiras, from its insertion in the organization of peasant struggles. Thus the Church has taken the mission to free the peasants and the land of the fences of the bosses, by being moved to the peasantry situation that was submitted to semi-slavery of circumstance. This is because historically the land in Brazil was concentrated in the hands of large landowners to the detriment of the many excluded from access to land peasants. In the midst of this scenario, in the Alto Sertão da Paraíba, came the action of materialized Church in liberation theology, especially with the arrival of Italian priests the Diocese of Cajazeiras, he heard the cry of the poor peasants, assuming thus the cause of poor. Initially, the Movimento de Evangelização Rural (MER), the Comunidades Eclesiais de Base (BECs), the Pastoral Rural and finally the Comissão Pastoral da Terra (CPT - Sertão - PB) which exists to the present day.

Keywords: Theology of Liberation. Struggle for Land. The Comissão Pastoral da Terra.

SUMÁRIO

1	Introdução	11
2	Libertar a terra é primordial para torná-la produtiva: discussão teórica e metodológica	14
2.1	Apresentando as categorias de análise geográfica: espaço, território, territorialidade e campesinato	15
2.2	As teóricas que discutem o espaço, a conquista da terra e a Teologia da Libertação	20
2.3	Método e metodologia de procedimento	21
3	Nordeste: região marcada pela concentração fundiária, luta e resistência campesina	25
3.1	Paraíba, território marcado pela luta e a resistência camponesa	28
3.2	Sertão: mesorregião balizada pela concentração fundiária e a exploração do campesinato	31
3.3	Ações territoriais da Teologia da Libertação: veias abertas para o nascimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT – Sertão – PB)	34
3.4	Ação territorial da Teologia da Libertação no Brasil: ouvi o grito de aflição dos empobrecidos nordestinos	36
3.5	Memória da ação territorial da Teologia da Libertação à Comissão Pastoral da Terra (CPT – Sertão – PB) no espaço agrário do município de Cajazeiras	39
3.6	Atuação territorial da Teologia da Libertação à Comissão Pastoral da Terra (CPT – Sertão – PB): veias que transplantaram a luta do campesinato no município de Cajazeiras.....	43
	Considerações Finais	48
	Referências	49

1. INTRODUÇÃO

O espaço agrário pode ser considerado como resultado histórico do desenvolvimento das forças produtivas e da organização da sociedade. A formação de sua estrutura passa pela compreensão dos desdobramentos dos processos sócio espaciais.

Considerando esta significação, a formação dos primeiros aglomerados humanos no sertão brasileiro, e mais especificamente no Nordeste, esteve acompanhado de um desenvolvimento de forças produtivas ligadas a um modelo de relações espaciais, baseadas em trocas comerciais. Externamente, as trocas se davam com o mercado europeu, controladas pela metrópole portuguesa. Internamente, estavam voltadas à articulação das forças produtivas diversas que se diferenciavam quanto ao tipo de acumulação capitalista, como: cana, gado ou algodão.

Assim, o Sertão nordestino, associado ao binômio algodoeiro-pecuário passou a se inserir ao grande ciclo de reprodução ampliada do capital mundial, sobretudo, na fase do liberalismo europeu. Essa fase foi responsável por um intenso ciclo de produção, acumulação, fortalecimento das estruturas produtivas do tipo *plantation* nos sertões. Isso, acompanhado do fortalecimento das estruturas fundiárias, principalmente, com a formação dos grandes latifúndios.

No entanto, a partir do declínio dessas atividades, o espaço agrário de muitos territórios dos sertões nordestinos passou a ser reorganizado. Mesmo com a emancipação política e a formação de novos municípios, as cidades perderam grande parte de suas dinâmicas e declinaram em prosperidade devido à decadência de suas principais atividades econômicas. Entretanto, algumas cidades sobreviveram às inúmeras crises e ajustaram novas forças produtivas, geralmente associadas às atividades de comércio e de serviços. No campo, prevaleceram as estruturas produtivas decadentes que resistem até os dias atuais. Entre as principais, podem ser citadas a pecuária extensiva e a agricultura de sequeiro.

A cidade, portanto, passou a ser responsável pela maior parte do processo de acumulação e o campo, decadente, tornou-se refúgio dos grandes proprietários com grande extensão de terras improdutivas em detrimento do grande número de famílias pobres e sem terras.

Deste modo, considera-se que a ocupação do espaço agrário paraibano aconteceu do Litoral ao Sertão, pois, com a evolução da atividade canvieira no litoral, outros territórios

precisariam se encarregar de produzir as culturas alimentares e a criação de animais, tarefa esta, que foi destinada para o agreste e o sertão. Com a exploração e o povoamento do interior, houve uma divisão por tipo de produto. Nesse sentido, o litoral ficou responsável pela produção de cana-de-açúcar; o agreste e o sertão pela produção de gado e gêneros alimentícios. Conseqüentemente, o território da Zona da Mata paraibana constituiu-se como o monopólio fundiário, a monocultura canavieira e a exploração do trabalho.

A nosso ver, acredita-se que foi condição de submissão e de exploração vivenciada pelos camponeses que fomentou a luta contra a conjuntura de sofrimento e de expropriação, impulsionando, assim, o surgimento das ligas camponesas que se consolidaram no Nordeste, a partir de 1955, com a fundação da Sociedade de Agricultura e de Criação dos Plantadores de Pernambuco, no Engenho Galileia, situado no município pernambucano de Vitória de Santo Antão. As ligas camponesas também se estenderam na Paraíba, no município de Sapé. A partir deste movimento camponês, surgiram grandes bandeiras de enfrentamento e de resistência no campo contra o aumento do foro¹, do cambão², dos salários aviltantes e da luta pela reforma agrária.

Outro fato relevante, que carece destaque foi o processo de modernização da agricultura paraibana que aconteceu de forma lenta, mas aduziu alguns benefícios, principalmente para os latifundiários, favorecendo e ampliando a concentração fundiária, bem como a implantação de novas tecnologias nesse setor, dinamizando a produtividade. A modernização do campo, no entanto, também trouxe conseqüências negativas, mais especificamente a concentração fundiária, a exploração e expropriação do homem pelo homem. Trouxe, também, o êxodo rural devido à instalação da modernização no campo, pois os camponeses não tinham condições de concorrer com a forte e rápida produtividade dos grandes latifundiários. Assim, a modernização conservadora do campo veio reforçar a concentração fundiária e a exploração do trabalho herdadas do passado.

Sendo assim, a luta pelo acesso à terra se assemelhava com a labuta diária contra a fome, o desemprego e a miséria vivenciados pelos camponeses. Entretanto, na nova empreitada de luta pela democratização do acesso à terra as populações camponesas puderam contar com a presença da Igreja, materializada na Teologia da Libertação. Esta é uma corrente da Igreja Católica nascida na América Latina, com a função de despertar as populações

¹ Foro era o pagamento do arrendamento da terra aos proprietários.

² Cambão era o dia de serviço que o foreiro tinha que prestar ao patrão sem receber nada em troca.

empobrecidas a lutarem pelos direitos historicamente negligenciados. Essa luta tinha como base o método *Ver Julgar e Agir*, que significa refletir com os oprimidos e explorados a precariedade vivenciada por muitos em detrimento da concentração de toda forma de riqueza nas mãos de poucos. Tal método se traduz da seguinte forma: *Ver* a situação de exploração dos trabalhadores e ajudar-lhes a compreender as injustiças que estavam sendo acometidas contra as populações empobrecidas. *Julgar*, a partir da teoria bíblica, a situação de exploração a que os trabalhadores estavam submetidos. E, enfim, *Agir*, ou seja, construir coletivamente alternativas de intervenção nesta realidade. Tendo em vista o método de atuação da Teologia da Libertação, pode-se dizer que, no Estado da Paraíba, as lutas camponesas ressurgem das cinzas deixadas pelas Ligas e pelo grito de revolta clamando por terra, pão e direitos, acirrando, portanto, os conflitos pelo acesso à terra, iniciados no Litoral.

Conforme cenário exposto, no Alto Sertão, a luta camponesa pelo acesso à terra e à água, surgiu enquanto possibilidade de melhoria de vida, livre da exploração e da expropriação do patrão. Deste modo, torna-se necessário um estudo investigativo acerca da importância da Teologia da Libertação para o despertar dos camponeses a lutarem pelo acesso aos direitos básicos, como: a terra, a água, as sementes e as tecnologias sociais para a produção da existência no Alto Sertão.

Queremos, com esta pesquisa, compreender e buscar responder a questão central: como refletir sobre as ações assumidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) na configuração dos territórios de esperança (fruto da luta e da resistência camponesa, a partir da esperança coletiva de conquistar o território e a territorialidade camponesa) no município de Cajazeiras – PB? Pressupõe-se que a resposta para esta questão perpassa pela memória e o ordenamento territorial do espaço agrário. No entanto, destaca-se que a partir da fé intrínseca a cada sujeito, suscitado pelos textos bíblicos que anima os sujeitos a não se conformar com a situação de injustiça social e de negação dos direitos básicos que são primordiais à vida. A Teologia da Libertação trouxe, como proposta de formação, a construção de uma nova forma de ser Igreja, pautada na possibilidade de transformação social e política, cuja referência básica é o Reino de Deus, especialmente a busca por um mundo igualitário, participativo e fundamentado nos princípios da justiça social.

A partir deste estudo sobre a memória e ordenamento territorial do município de Cajazeiras, pretende-se reunir informações históricas sobre a memória das lutas camponesas no Alto Sertão paraibano com a inserção da Comissão Pastoral da Terra (CPT – Sertão – PB),

assim como, destacar as ações libertadoras da Igreja na formação e na constituição dos territórios camponeses no Alto Sertão e, por último, demonstrar as principais conquistas frutos do acesso à terra, bem como, os principais desafios para a permanência na terra.

Para este estudo delineamos como objetivo geral: desenvolver um estudo sobre a relevância da ação territorial de uma igreja libertadora para a configuração dos territórios de esperança no município de Cajazeiras – PB. De forma mais específica, desdobramos o objetivo maior em outros objetivos seguintes: descrever a gênese da CPT – Sertão – PB; discutir as ações libertadoras da Igreja na formação e na constituição dos territórios de esperança no Alto Sertão e demonstrar as principais conquistas fruto do acesso à terra, bem como, os principais desafios para a permanência na terra.

A pesquisa foi encaminhada a partir do materialismo dialético, enquanto método de abordagem. Seguido do estudo de referências sobre a organização do campesinato correlacionando com as categorias: espaço, território, territorialidades e campesinato. Logo depois, realizamos um levantamento de dados nas seguintes organizações: Comissão Pastoral da Terra, Abrigo de Idosos Lucas Zorn de Cajazeiras e Cooperativa dos Camponeses no município de Cachoeira dos Índios – PB. Conseqüentemente, fizemos uso da pesquisa oral seguida de uma conversa informal com os camponeses da Cooperativa supracitada. Ressalte-se que este foi o único local onde encontramos informações significativas para a consolidação da pesquisa, visto que, nas demais instituições visitadas, não foram encontrados documentos tampouco informações que ajudassem a desvendar a contribuição da Teologia da Libertação materializada, posteriormente, na Comissão Pastoral da Terra.

Referentemente à estrutura, esta monografia encontra-se dividida em três capítulos. Neste primeiro capítulo, explicitamos informações sobre a problematização, os objetivos, a relevância deste estudo, enfim trazemos informações sobre todo o desenvolvimento da pesquisa. No segundo capítulo, implementamos uma discussão teórico-metodológica do trabalho, onde são apresentadas, de forma breve, as categorias de análise geográfica: espaço, território, territorialidade e campesinato, assim como as correntes que discutem o espaço, a luta camponesa e a Teologia da Libertação e o método e metodologia de procedimento. No terceiro capítulo, por sua vez, discutimos a estrutura agrária pautada na concentração fundiária, bem como o desenvolvimento desigual das forças produtivas nas grandes regiões geográficas brasileiras, fruto do processo histórico de colonização e como, ao longo do tempo, os camponeses lutaram e resistiram contra as formas de exploração e expropriação e o

Terceiro o nascimento e atuação territorial da Teologia da Libertação à Comissão Pastoral da Terra (CPT – Sertão – PB) no Alto Sertão e no município de Cajazeiras, que a nosso ver, estes foram os pressupostos que transplantaram a luta e resistência camponesa para o acesso a terra e a conquista do território.

2. LIBERTAR A TERRA É PRIMORDIAL PARA TORNÁ-LA PRODUTIVA: Discussão Teórica e Metodológica

De acordo com o Dicionário HOUAISS (versão eletrônica 3.0, 2009), o sentido que queremos dar (neste estudo) ao verbete **LIBERTAR** é a de “pôr(-se) em liberdade; tornar independente ou conquistar a própria independência”. Então, a conquista da terra é condição *sine qua non* para a reprodução da vida do camponês que lhe foi amputada na longa história da posse da terra no Brasil. E é daí que começamos a definir nossa trajetória teórica e metodológica para se compreender/explicar o reordenamento territorial da conquista da terra no sertão paraibano, a partir da organização social fundamentado na teologia da libertação.

Partimos, então, da premissa de que a terra está aprisionada pelas cercas e muros impostos pelo modo de produção capitalista. A este respeito, Martins apresenta uma importante contribuição na obra “O Cativo da Terra” (1998), em que ressalta o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, período em que se põe em liberdade os escravos, porém aprisiona a terra. O marco regulatório brasileiro que tornou a terra em mercadoria foi a Lei de Terras de 1850. Desta forma, é ingênuo pensar que os escravos ou os camponeses dispusessem de condições financeiras para adquirir um pedaço de terra.

A Lei de Terras torna-se a condição fundamental para a manutenção de um Brasil desigual, pautado na concentração fundiária, na exploração do trabalho e do homem pelo homem. Lei esta, que acabou por favorecer a instalação do capital no campo, fato que, de certa, forma definiu e redefine as relações sociais e, ao mesmo tempo, proporciona a manutenção e a reprodução do capital.

Para Martins (1998), transformação da terra em mercadoria, em propriedade privada, o capital impõe a luta pelo acesso à terra, caracterizando-se enquanto resistência e, ao mesmo tempo, enfrentamento ao sistema vigente. Impondo, assim, a luta pela conquista da terra de trabalho que se contrapõe a terra de negócio. Andrade (2011) ressalva que a questão agrária

está diretamente ligada à concentração da propriedade da terra nas mãos de latifundiários, podendo ser: pessoa física ou jurídica e sociedade anônima. Logo, a luta pelo acesso à terra se torna condição primordial para pô-la em liberdade, uma vez que, para o campesinato, libertar a terra carece de luta, resistência e enfrentamento ao sistema capitalista.

Moreira e Targino (1997) destacam a ocupação e a apropriação do capital sob o espaço agrário, uma vez que, historicamente, esteve associado à exploração do homem pelo homem. Sendo assim, o acesso à terra é a condição essencial da produção e reprodução do campesinato. Destarte, fazer um estudo acerca da memória e ordenamento territorial do espaço agrário no município de Cajazeiras, a partir da luta e organização camponesa, precede a compreensão das correlações de forças preestabelecidas no tempo e o espaço, bem como a participação da teologia da libertação para despertar as populações campesinas a lutarem pelo acesso à terra. Por assim dizer, torna-se necessário um estudo no campo teórico-metodológico da geografia, na busca de compreender as relações de poder preexistentes no tempo e no espaço para construção e reconstrução dos territórios.

2.1. Apresentando as categorias de análise geográfica: espaço, território, territorialidade e campesinato

O espaço, enquanto categoria de análise da ciência geográfica, é carregado de diferentes formas de abordagens e de significação. Utilizaremos neste trabalho, as abordagens que nos ajude a compreender o espaço numa perspectiva holística. Para tal, é recorrente entender as transformações históricas e sociais ocorridas no tempo e no espaço resultando da ação transformadora da relação sociedade natureza. Para Santos (1978, p.79), o espaço é “a matéria trabalhada por excelência”, onde a realidade espacial se apresenta em permanente estado de reconstrução influenciada pela realidade econômica e social vigente. Nesta perspectiva, Santos (1978) aborda o espaço a partir de sua construção histórica e de sua formação social, considerando-o como testemunho histórico de um dado modo de produção, representado por diferentes aspectos criados e fixados na paisagem construída. Assim, a categoria de espaço deve ser estudada a partir das suas rugosidades.

As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados. (SANTOS, 1978. p.138).

Concordando com o autor, pois o espaço se torna testemunho das transformações ocorridas ao longo do tempo, traduzindo não apenas o modo de produção atual, como também, os modos de produção do passado que se complementam configurando o presente. Desse modo, o espaço geográfico não é resultante somente da produção social, mas também, da relação espaço-tempo caracterizadas pelas rugosidades espaciais.

Sendo assim, o espaço, no entendimento de Milton Santos, carece ser desmistificado e encarado como local de disputa, onde deve ser visto não apenas como um lugar harmônico, mas também, deve ser analisado sob a ótica do desenvolvimento desigual e combinado. Cabe, portanto, aos geógrafos duas alternativas: aceitar a realidade contraditória proposta pelo capitalismo, tal como se apresenta, ou lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, onde o espaço possa estar à serviço do homem e não do capital.

Essa nova forma de pensar e de agir, no entanto, requer, por parte dos geógrafos, coragem e ousadia de deixar de lado paradigmas defasados pelo tempo. Assim, não dá para os geógrafos negligenciarem a disputa espacial existente nos diversos territórios, principalmente, com o frequente avanço do capital e da tecnologia, que vem provocando mudanças espaciais, territoriais, organizacionais e sociais. Necessitando, pois, de inovações na forma de ver e de encarar os novos desafios, exigindo, assim, a formulação de teorias capazes de explicar em profundidade as contradições existentes na sociedade.

Entretanto, não podemos deixar de discutir o território, enquanto categoria fundamental para o entendimento explicação das contradições intrínsecas ao espaço e o território.

Raffestin (1993) diz que espaço e território não são termos equivalentes. É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço e a territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade da sociedade em geral. Este mesmo autor afirma que o território é produzido a partir da relação de poder que se estabelece em um determinado espaço, concretizado a partir do enraizamento da relação de trabalho e pela capacidade de transformação da natureza e das relações sociais coexistentes.

Haesbeart (2010) discute o território numa perspectiva política, econômica, filosófica e cultural. Na econômica, a modernização do modo de acumulação capitalista está mais complexa e contraditória no território, pois aqui todas as ações são voltadas para o lucro cada vez mais veloz, mesmo que, para isso, tenha que desagregar pessoas e grupos de seus lugares

de origem. Na política, o Estado mais debilitado não tem a mesma participação na defesa das fronteiras territoriais. Em síntese, Haesbert (2010) afirma que o território é a base material ou imaginária adquirida através da apropriação do espaço. Aqui, o território é a base concreta de produção da existência social.

Assim, o território é verdadeiramente a base material, política e econômica indissociável à condição humana. Segundo Haesbert (2010, p.80) o “território é construído a partir de uma perspectiva relacional do espaço inserido dentro das relações sócio-históricas, ou, para muitos autores, da relação de poder”. A discussão do território, enquanto construção social e histórica e da correlação de poder para a sua constituição e manutenção é de fundamental importância a este estudo, visto que auxilia na compreensão da importância da teologia da libertação para organização dos camponeses e camponesas na luta pelo acesso à terra e o seu ordenamento territorial, enquanto processo de construção da territorialidade.

Nessa perspectiva, existe uma ampla discussão acerca de território, mas para contribuir com esse estudo busca-se ainda a conceituação de “Território de Esperança”, elaborado por Moreira e Targino (2007). Para eles:

Entende-se que no campo, o “Território de Esperança” é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. Desse modo, “Território de Esperança” representa a superação do “Território de Exploração” gestado no semi-árido, desde o período colonial, e que tinha como marcas maiores a concentração fundiária, a subordinação do trabalho, a dependência cultural e política dos trabalhadores e pequenos produtores aos “coronéis”. Trata-se, na verdade, de uma forma experienciada de organização social singular. Território em movimento, vivo, que experiência um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas (MOREIRA, TARGINO, 2007, p.77).

Em conformidade com os autores, acredita-se que o Território de Esperança é aquele conquistado a partir da luta e da resistência camponesa. Território, por se tratar de um lugar delimitado com as fronteiras bem definidas, como também, pela correlação de força que é exercida sob este, e de Esperança por ser um território conquistado, livre da exploração do homem pelo homem, porém, suscetível às contradições, aos avanços, aos desafios e à organização da atividade produtiva.

Assim, a discussão acerca do território nos conduz à observação do desmonte das estruturas produtivas pautadas no cultivo do algodão, na criação extensiva de gado e no cultivo de culturas de sequeiro³, de certa forma, esgotadas no sertão nordestino, proporcionando, nas duas últimas décadas do século XX e nas primeiras deste, a oportunidade que os excluídos, trabalhadores marginalizados e fortemente explorados pudessem ter acesso às terras dos antigos latifúndios sertanejos.

Este processo pode ser visualizado, a partir da luta cotidiana do campesinato que, por uma questão de manutenção das estruturas fundiárias, perderam ou não tiveram acesso à terra, bem que é responsável pela produção e reprodução da vida camponesa. Neste caso, pode ser visualizado, a partir dos conflitos pelo acesso e a permanência na terra, tendo como base os acampamentos e assentamentos existentes no município de Cajazeiras. Existem aqueles que enfrentaram os patrões e conquistaram a posse da terra, mas ainda há aqueles que estão lutando para conquistar o território e a territorialidade. Haesbaert (2010, p. 87) diz que “a Territorialidade é o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade através do auxílio de mediadores ou instrumentos é uma expressão geográfica básica do poder social”.

Para Raffestin (1993), a Territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade da sociedade em geral. Segundo o autor, o homem vive o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas.

Ao nosso ver, a territorialidade se concretiza na labuta cotidiana do campesinato, na perspectiva, da manutenção de seu modo e ser e de viver, visto que é no território onde acontece o fortalecimento do sentimento de pertencimento que reforça e dá visibilidades às territorialidades. Construídas a partir dos enfrentamentos e da consolidação de experiências camponesas que, mesmo estando entremeadas pelas relações capitalistas de produção, se dá na oposição e na negação da agricultura patronal.

Não podemos deixar de discutir o campesinato, enquanto categoria indispensável a este estudo. Na discussão teórica sobre campesinato, a descrição de suas características, vistas por diferentes lentes, sobre diferentes espaços geográficos e temporais, faz-se chegar à conclusão de que certos traços são recorrentes em sua definição, como também as especificidades de diferentes grupos camponeses. Pereira de Queiroz (1973), a partir de

³ Culturas de sequeiro é uma expressão utilizada pela população camponesa do Sertão para afirmar que planta somente no período de chuva e geralmente culturas alimentares como: milho, feijão, jerimum, gergelim, fava e outros.

diversas abordagens e tentativas de definição do camponês, diz que o termo camponês era designado para compreender a manifestação de formas econômicas distintas (e retrógradas) das sociedades industriais. A economia camponesa era analisada sob uma ótica puramente economicista, não considerando as possibilidades qualitativas de compreensão das práticas sociais mais amplas.

K. Woortmann (1990) extrapola a dimensão estritamente econômica apontada como lacuna das teorias e propõe o campesinato como uma ordem moral. Nesta vertente, a família enquanto um valor social tem papel central na organização da economia. E a terra é concebida como patrimônio, não como simples mercadoria; é uma dádiva determinante da perpetuação e reprodução da família. O campesinato, como ordem moral, transcende a natureza econômica posta em evidência na literatura para ser objeto teórico da antropologia e da sociologia. Sob novos olhares, a economia camponesa amplia suas dimensões constitutivas e passa a conceber a racionalidade econômica como produto das interações sociais.

Carvalho (2005), em seu entendimento sobre o campesinato, mostra que um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento desta categoria é o respeito à diversidade e à biodiversidade que inclui todos os bens da natureza, os ecossistemas, as culturas dos povos. Enfim, todas as formas de vida vegetal, animal, as relações humanas e econômicas, os hábitos e culturas, sendo elas nossa própria forma de vida. Quanto ao uso da terra, o autor diz que ela é um bem da natureza e deve estar a serviço da humanidade. Para ele, democratizar a posse da terra e seu uso é indispensável para garantir a vida e a reprodução humana por meio da produção de alimentos e de criação de animais, por todos aqueles que nela queiram trabalhar e produzir.

Deste modo, é na terra que as famílias camponesas expressam diferentes formas de relações sociais, baseadas na prática e no cultivo de valores que os camponeses construíram ao longo de sua história, tendo como centro a solidariedade e a igualdade entre si. Esses são valores que se transformaram em princípios e que nortearam os comportamentos cotidianos nas mais diferentes etapas de nossa história.

Para Carvalho (2005), a revivificação dos conceitos de camponês e campesinato pressupõe resgatar e afirmar a perspectiva teórica da reprodução social do campesinato na sociedade capitalista a partir das teses da centralidade da reprodução da família camponesa e da sua especificidade no contexto da formação econômica e social capitalista. Isto se deve ao

fato de que o campesinato está diretamente ligado ao modo de vida no campo, caracterizado pelas relações de trabalho não capitalista.

No campo de estudo da ciência geográfica alguns autores fazem a discussão acerca do campesinato e a sua ressignificação. Entre eles, se encontram Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Eliane Tomiasi Paulino, Emília de Rodart Fernandes Moreira, Maria de Fátima Ferreira Rodrigues e outros.

Neste sentido, Oliveira (2006, p. 16) diz que o campesinato surgiu:

Como classe *sui generis* do capitalismo, sua singularidade se manifesta na experiência única de reprodução, a qual se baseia no próprio controle sobre o trabalho e sobre os meios de produção. É o que lhes permite conservar a capacidade de produzirem seus próprios meios de vida, ainda que as condições concretas de reprodução de cada família nem sempre o determine.

Deste modo, a discussão em torno da categoria campesinato, não perpassa apenas o campo ideológico, mas se expressa e se materializa na prática. O conceito de camponês, além de seu significado político e da construção de pensamento acadêmico, reflete a história social em sentido amplo, uma vez que se caracteriza pela sua capacidade de criação e recriação.

2.2. As correntes teóricas que discutem o espaço, a conquista da terra e a teologia da libertação

A nosso ver há uma pluralidade metodológica e interdisciplinar no campo científico, o que evidentemente continua sendo válida no campo geográfico e que se aplica a esta pesquisa. Trata-se do materialismo dialético, uma vez que para discutir o espaço, a conquista da terra e a teologia da libertação é necessária a interface com outras ciências, especialmente, a história, a sociologia, a filosofia e outras. Assim, torna-se importante destacar que a evolução de toda ciência acontece na interface de outras, juntas oferecendo análises e interpretações da realidade social.

Na geografia, os autores que discutem este temário são: Marco Antonio Mitidiero Junior, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Eliane Tomiasi Paulino, Emília de Rodart Fernandes Moreira, Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, Manuel Correia de Andrade, dentre outros. Nas demais áreas, temos: José de Sousa Martins, Horácio Martins de Carvalho, Diego Nogueira Dantas, Giordan Silva de Oliveira e outros.

Esta lista de autores contribuiu com a nossa discussão, favorecendo a compreensão e o entendimento do ordenamento territorial do espaço agrário do Município de Cajazeiras – PB, a partir da inserção da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na organização camponesa.

2.3. Método e metodologia de procedimento

É recorrente o debate acerca do objeto de estudo da ciência geográfica. Aqui, utilizaremos dois vieses: o primeiro concernente à definição dos temas específicos de estudo da referida ciência e o segundo referente à indefinição do seu objeto de estudo. No tocante ao último, existe a tentativa da construção de um consenso, na medida em que o espaço aparece, enquanto objeto-categoria substancial aos estudos de base geográfica.

Deste modo, a Geografia Agrária precisa estar em constante contato com outras ciências, na perspectiva da reconstrução da realidade histórica e social. Sendo assim, para entender a memória e ordenamento territorial do espaço agrário no município de Cajazeiras, é imprescindível a compreensão da influência da Teologia da Libertação nos processos formativos para a gênese das lutas camponesas neste município.

É sob o viés da geografia agrária que pretendemos atuar, na perspectiva de construir um estudo interdisciplinar, visto que o espaço e o território são categorias de estudo da ciência geográfica. A memória nos reporta aos processos históricos: área de estudo da ciência histórica e teologia da libertação, campo de estudo tanto da sociologia e filosofia como da teologia.

Nesta perspectiva, Moraes (2008) diz que diversos métodos nas ciências humanas adotam o caminho histórico em sua análise. Na epistemologia das ciências, cabe destacar a concepção clássica caracterizada pelo Renascimento que começou a estudar o homem como um ser racional, capaz de construir as formas de vivência em sociedade – o Iluminismo. Este é visto como movimento intelectual em defesa das liberdades sociais, econômicas e políticas da ciência e da racionalidade crítica. Aqui, a Geografia assumiu a dimensão espacial e a História a dimensão temporal. O Positivismo, possibilitou a sistematização das ciências, especialmente, a geográfica, tendo com base as transformações ocorridas na sociedade, a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista e da revolução industrial que precisava expandir o comércio e de informações da superfície da terra.

Contudo, sabemos que existe uma diversidade de metodologias adotadas pelas ciências humanas, a citar: a neokantiana, a foucaultiana entre outras. Porém, em se tratando de um trabalho monográfico, não dispusemos de tempo para o aprofundamento destas

metodologias. No entanto, centramos a nossa análise no método do materialismo dialético. A este respeito Moraes (2008, p. 38) afirma que:

Dessa diversidade, se podem diferenciar posições metodológicas mais específicas, como forma própria de tratamento da história. Aqui interessa a historicidade materialista discutida numa perspectiva dialética, isto é, parte-se de uma postura de método que se pensa ontologicamente em termos históricos. Nele, a realidade é concebida como movimento incessante, no qual os fenômenos só podem ser apreendidos como processos em contínuo fluir, cabendo ao conhecimento buscar captar um sentido lógico e histórico em meio à diversidade das formas e das relações. A busca de tal sentido (post festum) não pode ser confundida com a atribuição de um senso finalista, teleológico, no movimento histórico. Até porque não se acata nenhum determinismo que possa antecipar o futuro.

Em comum acordo com o autor, utilizaremos, neste estudo, o caminho histórico na perspectiva de compreender o ordenamento sócio espacial construído ao longo do tempo pelo campesinato, considerando o processo social comandado pelas ações e decisões advindas do movimento em sociedade. Assim, a vivência social do espaço imprimiu marcas do tempo, tornando-se um espaço, fruto do contínuo uso dos lugares, abrigando, assim, possibilidades de análise numa dimensão geográfica de interpretação da história humana.

Para Moraes (2008), não se pode esquecer que a apropriação do “espaço produzido” resulta em permanente revivificação das formas herdadas conferindo-lhes novas funcionalidades em face da organização social na atualidade. Entender, então, os processos históricos é imprescindível para a compreensão do movimento territorial, a partir da atuação dos sujeitos, implicando a:

Apropriação, fixação, perenização: características caras à perspectiva de geografia que se assume. Captar o movimento interno da produção do espaço – entendendo a lógica que presidiu a execução dos arranjos territoriais e das construções – seria seu objetivo primeiro. O outro seria apreender o resultado de tal processo em diferentes momentos, isto é, a estruturação do espaço produzido com que se defronta uma sociedade em dada conjuntura. Esta segunda meta subordina-se claramente à primeira, em virtude de sua filiação assumida com a perspectiva histórica. Assim o espaço produzido só é explicável em função do processo que o engendrou, e a forma criada só se revela pelo seu uso social a cada momento, este é que atribui um conteúdo ao qualificá-la com valor de uso (MORAES, 2008 p. 43).

A perspectiva de análise histórica apresentada por Moraes é fundamental a este estudo, visto que o ordenamento espacial resulta da influência e da correlação de forças exercidas pelos sujeitos sociais, em um determinado tempo histórico, resultando, assim, na produção e reprodução do espaço. Desse modo, as manifestações acontecem engendradas pelo modo de produção contida em cada território. A temporalidade subjuga a espacialidade, remonta os

processos de valorização social, temporal, espacial e histórico, de modo que os sujeitos constroem e reconstróem o território e a territorialidade.

A constituição de um território é resultante do fluir cumulativo de cada momento, podendo ser resultado e/ou possibilidade de um contínuo em movimento, em dado tempo e espaço.

Neste patamar, o estudo da valorização do espaço agrega também os elementos de análise de processos próprios do campo da política. Os usos do solo, os estabelecimentos humanos, as formas de ocupação e as hierarquias entre os lugares expressam os resultados de lutas, hegemonias, violências, enfim, são resultados de atos políticos. A produção do espaço agora sendo visto como processo teleológico, isto é, sustentado em projetos e guiados por concepções de atores sociais específicos. Logo, a construção dos territórios envolvendo representações, discursos, consciências e articulações práticas. Neste quadro, o discurso geopolítico, por exemplo, aparece com a fundamentação dos desígnios de um dos atores mais poderoso neste jogo: o Estado. Um ator que ao emergir na cena histórica tende a monopolizar as ações básicas do processo de formação territorial (MORAES, 2008, p. 46).

Concordando com o autor, acreditamos que é fundamental entender em profundidade as determinações político-culturais que engendram as relações espaciais que se expressam no combate antagônico entre interesses e projetos sociais que se evidenciam no território. A discussão acerca do Estado é importante, pois, quando se trata de ordenamento territorial, tomando como base os assentamentos e os acampamentos, a intervenção do Estado é indispensável, uma vez que a reforma agrária acontece no campo da política.

Neste estudo, o conceito de território é visto como objeto científico, na medida em que se prescreve a conexão entre a Geografia e o diálogo com a prática libertadora da igreja. A escolha metodológica se assenta no materialismo histórico-dialético e na teoria crítica marxista, visto que estes instrumentos nos conduziram ao desvelamento dos processos sociais e históricos impulsionadores dos conflitos pelo acesso à terra no município de Cajazeiras – PB.

A partir deste viés teórico, queremos compreender a memória e ordenamento territorial do espaço agrário no município de Cajazeiras e o papel da CPT para a configuração dos territórios de esperança, enquanto resistência e enfrentamento ao sistema de exploração e expropriação a que os camponeses são submetidos. Para auxiliar a compreensão dos fatos geográficos, é recorrente a assimilação do espaço-tempo e do território, na perspectiva, de entender as mudanças ocorridas no município de Cajazeiras.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível discutir o movimento dialético, no tocante ao uso da terra, bem como a participação da igreja nos processos de formação das populações

camponesas, incentivando-as a lutar pelo acesso à terra, por acreditar que a terra não deve ter um dono, mas deve estar a serviço de quem, de fato, dela retira o seu sustento.

Não podemos deixar de apresentar a relevância dos estudos geográficos, na intenção de compreender os acontecimentos atuais. Santos (1978) diz que o espaço deve ser visto como matéria por excelência, cuja relação tempo e espaço e a organização espacial revela, através dos períodos históricos, uma sucessão de sistemas espaciais no qual o valor relativo de cada lugar está sempre mudando no decorrer da história. É acreditando na sucessão histórica dos acontecimentos ocorridos no tempo e espaço que a geografia atua na tentativa de entender e explicar o momento atual.

O caminho percorrido para a operacionalização desta pesquisa foi o materialismo dialético, enquanto método de abordagem, por nos proporcionar desvendar as contradições existentes entre o espaço que reproduz diferenças espaciais e socioeconômicas das populações que vivem no semiárido e as transformações sócio-espaciais produzidas pelos sujeitos que organizam um modo de construir, reconstruir, pensar e de agir no território. Utilizamos o materialismo dialético, por nos permitir a compreensão da atuação de uma corrente da igreja que, a partir de sua atuação junto às populações marginalizadas, exploradas e expropriadas pelas relações capitalistas de produção, tem favorecido o seu protagonismo.

O procedimento básico consistiu em uma pesquisa bibliográfica sobre a organização do campesinato, da relação teórica das categorias territoriais com a luta camponesa no Alto Sertão, como também, o caminho histórico que originou o surgimento da CPT Sertão PB.

No tocante à pesquisa bibliográfica, Gil (2002) afirma que consiste em base material já elaborada em revistas, periódicos, anais de eventos, organizações públicas e privadas e outros. A vantagem da pesquisa bibliográfica reside na ampliação dos conhecimentos por parte do pesquisador em sua área de estudo. Outro procedimento utilizado foi a pesquisa documental, uma vez que boa parte das informações estão nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra, do Abrigo de Idosos Lucas Zorn e na Cooperativa dos Camponeses no município de Cachoeira dos Índios – PB. Utilizamos, também, a pesquisa participante. Para Gil,

a pesquisa participante envolve posições valorativas, derivadas, sobretudo do humanismo cristão e de certas concepções marxistas. Tanto é que a pesquisa participante suscita muita simpatia entre os grupos religiosos voltados para a ação comunitária. Além disso, a pesquisa participante mostra-se bastante comprometida com a minimização da relação entre dirigentes e dirigidos e por essa razão tem-se voltado, sobretudo para a investigação junto a grupos desfavorecidos, tais como os constituídos por operários, camponeses, índios etc. (2002, p. 56).

Este procedimento torna-se relevante, por se tratar de uma pesquisa que envolve uma pessoa que compõe a equipe da Comissão Pastoral da Terra (CPT / Sertão – PB). Mas também, pela concepção marxista de abordagem comprometida com o desvelamento da realidade, principalmente, das populações empobrecidas.

Fizemos ainda um levantamento de dados com informações obtidas em vários suportes, entre eles internet, IBGE, ONG's e outros. Outro procedimento adotado foi a história oral, a partir de conversas informais com os camponeses que participaram e construíram, na microrregião de Cajazeiras, os primeiros passos para a instalação da Teologia da Libertação, materializado, inicialmente, no Movimento de Evangelização Rural (MER), Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Pastoral Rural e, posteriormente, Comissão Pastoral da Terra (CPT / Sertão – PB). Por fim, realizamos a classificação das informações obtidas e redação final da monografia.

3. NORDESTE: REGIÃO MARCADA PELA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA, LUTA E RESISTÊNCIA CAMPESSINA

O território brasileiro é marcado pelos mais diversos contrastes regionais, caracterizados nas regiões, sub-regiões e unidades federadas com níveis de renda e de vida muito baixos em relação a outras cujos indicadores sociais e econômicos se aproximam aos de países mais industrializados. As desigualdades se referem não mais exclusivamente aos espaços economicamente independentes ou autônomos, mas dizem respeito às economias regionais ou sub-regionais intensamente articuladas no comércio e integradas através de grupos e conglomerados econômicos presentes em várias regiões, fazendo a soldagem de um sistema produtivo espacialmente desigual, disperso e articulado, desde o momento em que se iniciou o uso e ocupação do Brasil pelos colonizadores europeus.

Assim, o Brasil foi marcado por um longo período de desenvolvimento econômico e social desigual e combinado que estabeleçam as diferentes forças produtivas a seu tempo e seu espaço.

Dito isso, é necessário que recuperemos um breve histórico do processo gerador das diferenciações regionais do Brasil, dando destaque ao Nordeste brasileiro.

Iniciamos nosso percurso com o início das primeiras atividades produtivas na região que estavam relacionadas à agricultura.

O primeiro produto de exportação no Brasil foi o açúcar produzido nas áreas úmidas da zona litorânea do Nordeste brasileiro, conhecida como a Zona da Mata e que caracterizou o modelo produtivo e de trabalho (estrutura agroexportadora, latifundiária, monocultora e escravista). Com o aumento da produção da cana-de-açúcar no Litoral, torna-se permanentemente proibida a criação de animais nesta região, o que dá lugar à criação da periferia em torno da região açucareira, projetando, assim, o deslocamento da agropecuária para os sertões do Nordeste. A pecuária se configurava enquanto economia complementar e dependente.

Sendo assim, o ciclo da cana de açúcar predominou nos séculos XVI e XVII, fazendo da Zona da Mata nordestina o maior centro econômico do país⁴. À medida em que o século XVII foi chegando ao fim, a atividade exportadora começou a enfraquecer, principalmente devido ao desenvolvimento de uma crescente quantidade da oferta do produto nas colônias

1 Ver PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 47ª ed. 2006. p. 1-360; FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 32ª ed. 2005. p. 1- 238; ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo, 8ªed. Cortez, 2011.p.1- 334.

inglesas, holandesas e francesas, que tinham acesso preferencial aos respectivos países de origem.

O Nordeste começou a perder espaço para outras regiões, especialmente para o Centro-sul como a exploração do ouro. Inicia-se, portanto, uma nova onda de crescimento econômico, com a descoberta do ouro na região onde hoje está localizado o Estado de Minas Gerais. Segundo Furtado (2005) e Prado Junior (2006), o Brasil chegou a ser responsável por aproximadamente metade da produção mundial de ouro no século XVIII. O ciclo de exportação do ouro mudou o centro da atividade econômica do Nordeste para o Centro-Sul, mudando o ciclo de produção que, outrora, pautava-se na produção de açúcar. Com o ciclo do ouro centrado na região Centro-Sul do Brasil, a região Nordeste perdeu espaço no cenário político e econômico. Entretanto, mesmo o Nordeste perdendo sua hegemonia política e econômica para o Centro-sul (mineração), não representou mudanças substanciais na estrutura agrária.

Deste modo, o complexo econômico nordestino se constituiu como um setor exportador de alta lucratividade e elevadíssima concentração da propriedade da terra e das rendas, sustentado sobre o trabalho escravo, em articulação com um setor de subsistência de baixa produtividade e baixos lucros. Assim, a dualidade de força (alta produtividade, concentração fundiária e outros) e fraqueza (trabalho escravo, exploração do trabalho, alto índice de pobreza e baixo nível de renda e outros) marcará o Nordeste até nossos dias. Essa peculiaridade se mantém desde o processo de colonização, marcado pelo latifúndio, pelo modo de produção monocultor agroexportador e pela relação de trabalho escravo. Todavia, o marco regulatório que institucionalizara a concentração fundiária no Brasil foi a Lei de Terra de 1850. Em nossa ótica, esses pressupostos justificam a concentração de terra, de água e de renda, bem como a acentuada desigualdade regional e intrarregional.

Para Melo (1978), foi à combinação da pecuária extensiva associada ao cultivo do algodão que compuseram os ciclos produtivos de exportação de maior relevância no Nordeste. Cabe destacar que, dos ciclos produtivos e econômicos no Nordeste, o algodão foi o segundo produto de exportação do Brasil no começo do século XIX, cuja produção se intensificou em algumas regiões, como o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Fato este que fortaleceu definitivamente a estrutura agrária herdada do século passado, reforçando a concentração fundiária e o enriquecimento de uma minoria, em detrimento do empobrecimento da grande maioria.

Outro fato é a modernização do campo, a qual veio acompanhada da “Revolução Verde” que, de certo modo, favoreceu a homogeneização dos métodos de manejo

agropecuário e a artificialização do meio natural proporcionando a expansão das monoculturas, promovendo impactos ambientais negativos de ampla abrangência geográfica e de profundas implicações ecológicas, sociais econômicas e, sobretudo, favorecendo, ainda mais, a concentração agrária. A este respeito, Petersen e Almeida (2006) destacam:

As rápidas e profundas transformações no padrão tecnológico e nas relações sociais ocorridas na agricultura brasileira a partir da década de 1960 apresentaram como um dos efeitos mais evidentes a intensificação dos processos de exclusão social e de degradação ambiental gerados pelo latifúndio monocultor. Conduzida e patrocinada pelo Estado, essas transformações tiveram por objetivo modernizar o setor agrícola, de forma a aumentar a oferta de alimentos e de produtos exportáveis, além de liberar mão de obra e fornecer capital para atender às crescentes demandas do setor urbano-industrial. Do ponto de vista socioeconômico, as transformações foram orientadas para modernizar o latifúndio, com o intuito de assegurar às grandes e médias empresas agrícolas capitalistas o papel de protagonistas do processo de desenvolvimento rural. Essa orientação estratégica foi implementada como opção à reforma agrária que àquela altura se afirmava para amplos setores da sociedade como uma reforma de base essencial no projeto de construção nacional em razão, entre outros motivos, dos baixos e decrescentes níveis de produtividade do latifúndio tradicional, que não mais conseguia responder às necessidades econômicas do país. A expressão “modernização conservadora” foi cunhada exatamente pelo fato de que essas transformações permitiram a continuidade e mesmo a exacerbação do perfil concentrado de distribuição fundiária no país (2006, p. 09).

Subscrevendo Petersen e Almeida, acredita-se que a modernização do campo é mais um pressuposto para justificar a manutenção da estrutura agrária e agrícola, tal qual, desde o processo de colonização do Nordeste, assim como do Brasil. Entretanto, a modernização do campo engendrou impactos que, segundo Carvalho (2005), a nova fase de desenvolvimento das forças produtivas se acentuou no contexto histórico da globalização mundial neoliberal, após meados da década de 1980, pela adoção pela burguesia agrária de outro modelo de agricultura para o país. Isso significou, ademais, não apenas a reedição das formas de modernização do latifúndio, já consagradas na década de 1960, mas, sobretudo, a aceitação e incorporação massiva das concepções internacionais dominantes de agricultura capital-intensiva dependente do capital estrangeiro e agroexportadora, incorporando as novas e as renovadas tecnologias que foram acrescidas ao saber dominante pelos avanços científicos e tecnológicos das forças produtivas mundiais.

No entanto, na porção denominada de sertão, a modernização conservadora da agricultura chegou tardiamente e em áreas específicas, especialmente, nos projetos de irrigação. Nas demais áreas, a modernização agricultura efetivamente ainda chegou, visto que a concentração fundiária e as relações de trabalho ainda se mantêm até os dias atuais.

A modernização do campo inaugura uma fase ainda mais difícil para o campesinato, uma vez que, nesta forma de desenvolvimento do campo, não existe espaço para a sua

manutenção e reprodução, pois não tem como coexistir no tempo e no espaço dois modos de produção antagônicos: um pautado na produção intensiva e exploração dos bens naturais: a terra, a água, as sementes, a vegetação e outros; e o outro assentado na utilização da natureza para sua manutenção e reprodução. Este modo de produção intensificou a saída das populações camponesa do campo, favorecendo o intensivo êxodo rural, que aconteceu em todas as regiões geográficas da federação brasileira.

As diversas fases de transição e transformação do campo nordestino fez com que o campesinato buscasse na luta um aliado cotidiano contra toda a situação de exploração e expropriação. Deste modo, as populações empobrecidas nordestinas caracterizam-se por sua força e garra para lutar, podendo esse acontecimento ser visualizado desde o processo de colonização, visto que as primeiras populações a resistir e a lutar contra o colonizador foram os povos indígenas e, posteriormente, as populações negras contra os senhores de engenhos⁵. Assim, faz-se necessário apresentar o recorte histórico e a caracterização do modo de produção no Nordeste, fatos que explicam a concentração agrária, de água, de renda, assim como os fatores que constituem o Nordeste como agroexportador, escravista, marcado pelo latifúndio à custo da exploração do campesinato, que, historicamente, se levantou e gritou denunciando a situação de exploração e expropriação em que se encontravam.

3.1 Paraíba Território marcado pela luta e resistência campesina

O Estado da Paraíba não difere dos demais do Nordeste, especialmente no que se refere à estrutura agrária e ao modo de produção, uma vez que, historicamente, manteve-se tal qual se instituiu. O Estado da Paraíba esteve e está subjugado ao desenvolvimento desigual, principalmente por sua natureza histórica de desenvolvimento e de apropriação dos bens naturais, assim como as forças produtivas que estiveram associadas à concentração, acumulação, exploração e expropriação da natureza e do homem pelo homem.

Segundo Moreira (1997), a ocupação do espaço agrário paraibano ocorreu no sentido Leste-Oeste, ou seja, do Litoral ao Sertão, a partir da evolução da atividade canavieira no litoral. Este fato contribuiu definitivamente para a exploração dos territórios denominados de agreste e sertão. Com a exploração e o povoamento do interior, houve uma divisão por tipo de

⁵ Ver GONH, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. Rev. Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9194/7788>>.

produto em que o litoral ficou responsável pela produção de cana-de-açúcar, o agreste e o sertão com a produção de gado e gêneros alimentícios. Consequentemente, o território da Zona da Mata paraibana se constituiu como: o monopólio fundiário, a monocultura canavieira e a exploração do trabalho.

No campo das lutas e resistências sociais, pode-se destacar que, por volta de meados do século XIX, a Paraíba foi palco de algumas lutas e revoltas difusas. Segundo Gonh (2003), o Movimento Ronco da Abelha (1851 – 1852) e a Revolta do Quebra Quilo (1874 – 1875) ocorreram nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas. Ambos caracterizavam-se enquanto revoltas contra a implantação das novas leis no país. Sendo assim, as revoltas e as lutas ocorridas em solos paraibanos em séculos passados, foram preponderantes para a organização e luta camponesas que se concretizariam em séculos vindouros. Uma das lutas de maior projeção ocorrida na Paraíba foram as Ligas Camponesas.

Para Moreira (2011), foram exatamente a condição de submissão e exploração vivenciadas pelos camponeses que motivaram a luta contra a conjuntura de sofrimento e de expropriação, impulsionando, assim, o surgimento das ligas camponesas que se consolidaram no Nordeste, a partir de 1955, com a fundação da Sociedade de Agricultura e de Criação dos Plantadores de Pernambuco, no Engenho Galileia, situado no município pernambucano de Vitória de Santo Antão e em Sapé na Paraíba.

Com a efervescência dos camponeses e a articulação das ligas camponesas no Nordeste, as oligarquias agrárias, com o apoio do Estado, fizeram de tudo para abafar o grito de revolta dos camponeses que, historicamente, foram explorados e expropriados pelos latifundiários. Esta ebulição camponesa foi motivada, principalmente no Litoral pernambucano e paraibano devido às condições precárias de vida e de trabalho no campo, visto vez que os trabalhadores do campo não tinham os direitos trabalhistas e de acesso à terra respeitados. Diante desta conjuntura de negação de direitos e de exploração, os camponeses começaram a questionar e a não aceitar as injustiças acometidas pelos patrões.

A luta camponesa, iniciada no litoral nordestino estava motivando outros camponeses a se organizarem e a lutarem por melhores condições de vida no campo. Contudo, o cenário brasileiro é ainda mais preocupante para as elites, pois o país vivenciava um momento de efervescência e organização popular no campo e na cidade, visto que a população empobrecida não estava mais disposta a continuar vivendo sob as condições de exploração e expropriação a que estava submetida.

Entretanto, toda essa movimentação e organização social precisaram manter-se plantadas, aguardando a chuva chegar para quebrar a dormência e fazê-la germinar com mais

vigor, visto que, a partir de meados do século XX, a América Latina vivenciava um momento histórico de Ditaduras Militares. No caso brasileiro, o governo militar comandava, a ferro e fogo, o país, utilizando-se de duras e violentas repressões a todo e qualquer levante populacional.

No caso do Nordeste, especialmente na Paraíba, este período foi marcado por: perseguições, torturas e assassinatos, principalmente de camponeses que estavam inseridos nas Ligas Camponesas, por exemplo: o assassinato de João Pedro Teixeira, Nego Fuba e tantos outros. É neste cenário de repressão e de abafamento das lutas sociais que a resistência e a rebeldia das populações empobrecidas precisavam manter-se aguardadas à espera de “bom tempo” para produzir bons frutos. Petersen e Almeida (2006) dizem:

A implementação rápida e em larga escala das transformações ocorridas no meio rural a partir da década de 1960 exigiram do Estado brasileiro a adoção de iniciativas que foram além da instituição de políticas indutoras e de legislações reguladoras, como o estatuto da terra. Entre elas, a organização de forças repressivas com vistas a refrear e desbaratar os ativos movimentos sociais que, no início da década de 1960, lutavam por reformas estruturais no campo brasileiro. Após 1964 os governos militares reprimiram violentamente as Ligas Camponesas e o movimento sindical dos trabalhadores rurais passou a ser controlado de perto pelo Estado, que procurou se valer dos STRs como elos da extensão da previdência social no campo e como mediadores na implementação de políticas de corte eminentemente assistencialista. Ao reprimir os movimentos e organizações populares contestadores do *status quo* no mundo rural brasileiro, o regime militar obrigou os produtores familiares a construírem novos canais de participação cívica e ação política. Esse espaço de participação e reorganização popular foi encontrado na Igreja Católica e em algumas igrejas de confissão protestante, instituições de grande capilaridade no meio rural que escapavam aos controles repressivos exercidos pelo Estado (2006, p. 13).

Concordando com os autores, o Brasil vivenciava um momento de ditadura militar de forte repressão aos movimentos sociais e às organizações populares, fazendo com que os camponeses buscassem outros canais de participação e organização social. O espaço encontrado pelo campesinato foi, nesse sentido, a igreja. No Brasil, estava se instalando uma ala mais progressista da igreja: o apoio de bispos, padres e leigos.

A situação do Nordeste era ainda mais agravante por conta do alto índice de flagelados da seca e a da cerca do Patrão, e mesmo assim, eram obrigados a calar o grito de revolta e de dor, pois a ditadura militar reprimia ferrenhamente qualquer grito da população. Diante desta realidade, a igreja encarnada na Teologia da Libertação no Estado da Paraíba, assumiu o compromisso de contribuir com a formação das populações camponesas, na perspectiva de libertá-las da condição de submissão e exploração em que se encontravam sucumbidos.

Na Paraíba, a luta e a resistência camponesas ressurgem das cinzas deixadas pelas Ligas, com o acirramento dos conflitos pelo acesso à terra, que teve seu início ainda no período Militar, principalmente na Zona da Mata paraibana, por ser a região com a maior concentração de terras e de trabalhadores explorados e expropriados pelos latifundiários (donos das usinas). Nesta nova empreitada, os camponeses puderam contar com a presença e o apoio da Teologia da Libertação e, posteriormente, da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁶. No entanto, outros processos de luta e de organização camponesa foram acontecendo nas demais regiões do Estado, seguindo o ritmo do processo de ocupação territorial e da exploração vivenciada pelo campesinato.

3.2 Sertão nordestino: mesorregião marcada pela concentração fundiária e a exploração camponesa

No Sertão, o processo de povoamento e exploração ocorreu da mesma forma, baseado na exploração e expropriação da terra e dos camponeses. Sendo assim, a primeira resistência encontrada nestas terras foi a dos povos indígenas, que não concordavam com o processo de colonização. Entretanto, mesmo com a resistência indígena as terras que, outrora, pertenciam aos índios, deu lugar aos currais para criação de gado, favorecendo a instalação dos primeiros povoados no sertão.

Para Moreira e Targino (2007), o que fez o mudar o percurso do gado foi o aumento da produção da cana de açúcar na Zona da Mata, impulsionando, assim, a divisão do trabalho por região, empurrando a atividade pecuária para o interior do Sertão paraibano, principalmente, nas margens dos rios Piranhas e Piancó, fator responsável pelo povoamento desta região. A este respeito Moreira e Targino (2007) afirmam:

A atividade produtiva na região semi-árida da Paraíba organizou-se, portanto, com base na exploração da pecuária, tendo na fazenda a unidade fundamental da sua organização econômica, social, cultural e política. Suas principais características eram: a) instalação de grandes propriedades territoriais de baixa densidade populacional e econômica; b) baixo nível de capitalização, pois para constituir uma fazenda era preciso basicamente a construção de uma casa e do curral; c) combinação do trabalho livre e escravo; d) cultivo de produtos alimentares básicos em pequena proporção no interior das fazendas em áreas de baixios; e) apesar do seu relativo isolamento, a atividade surge mantendo relações com o mercado, sobretudo através da venda do couro (p.78).

⁶ A cerca da presença da Teologia da Libertação e do Nascimento da Comissão Pastoral da Terra na Paraíba e no Alto Sertão PB será discutido no Terceiro Capítulo.

Concordando com Moreira e Targino, acredita-se que estes fatores foram responsáveis pelo processo de povoamento e exploração do Sertão, mesmo que disperso, porém contínuo. Este processo foi se intensificando com a disseminação do cultivo do algodão no final do século XVIII, com o aumento da demanda deste produto, principalmente, para indústria têxtil na Inglaterra. Foi exatamente a associação do trinômio gado-algodão-culturas alimentares responsável pela ocupação do espaço agrário do Sertão paraibano, sobretudo, pelas relações de trabalho e a propriedade da terra no Sertão.

Vê-se, portanto, que, com a difusão do algodão, consolidam-se as relações de trabalho características do semi-árido, a saber, os sistemas de parceria e de arrendamento. Mesmo antes da abolição da escravatura, essas relações de trabalho já estavam em curso. Com isto, não se está afirmando que a escravidão não teve peso na organização produtiva e social da região, mas tão somente que, em virtude das condições sociais, culturais e econômicas aí vigentes, aquelas relações de trabalho já eram bastante difundidas, o que permite o entendimento de que a sociedade ali instalada apresentava um grau de estratificação bem menos rígido do que aquele encontrado na sociedade açucareira. Outro aspecto que merece realce é o predomínio de uma estrutura de propriedade marcada, desde o início do processo de ocupação regional, pela grande propriedade latifundiária. A pequena produção surge atrelada ao latifúndio e dele dependente. Sua expansão acha-se ali relacionada à expansão dos sistemas de parceria e arrendamento, relações de trabalho características da região, (MOREIRA e TARGINO, 2007, p. 79).

Deste modo, o processo de ocupação territorial do sertão esteve subjugado à propriedade privada da terra e ao latifúndio, fazendo com que os camponeses se submetessem ao sistema de parceria e de arrendamento. Isto implica diretamente na produção de alimentos, uma vez que parte da produção é destinada ao patrão. Sendo assim, a produção que abasteceria uma família passa a abastecer duas. Estas relações perduram até os dias atuais. Cabe ressaltar que em anos de estiagem a vida dos camponeses fica cada vez pior, pois não conseguem produzir o suficiente para alimentar a própria família, imagine a do patrão. Aqui está a verdadeira causa da pobreza das populações nordestinas: a concentração fundiária, as relações de trabalho e não somente as condições de semiaridez.

Concernente ao binômio gado-algodão, este foi responsável por intenso ciclo de produção, acumulação, fortalecimento das estruturas produtivas do tipo *plantation* nos sertões e que foi acompanhado do fortalecimento das estruturas fundiárias, principalmente com a formação dos grandes latifúndios algodoeiro-pecuário.

Na Diocese de Cajazeiras, em plena ditadura militar, as populações camponesas e das periferias das cidades contavam com o apoio e a formação desencadeados por um grupo ligado à igreja. Este grupo se utilizava de textos bíblicos para refletir a situação de exploração,

de negação de direitos e de submissão em que estavam inseridos. Porém, para a Diocese de Cajazeiras, as pastorais e os grupos de bases estavam fazendo o trabalho de evangelização dissociado da realidade. Na verdade, estavam fazendo a discussão política organizacional das populações camponesas e dos bairros periféricos da cidade. No campo, estas formações foram responsáveis pela constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pelo Movimento de Evangelização Rural (MER), assim como na cidade pela criação das associações de bairros, sendo que todo este processo de formação esteve associado à Teologia da Libertação.

No entanto, com o declínio das atividades gado e algodão, o espaço agrário de muitos territórios dos sertões nordestinos passou a ser reorganizado. Mesmo com a emancipação política e a formação de novos municípios, as cidades perderam grande parte de suas dinâmicas e declinaram em prosperidade juntas com as decadências de suas principais atividades econômicas. Em meio a tudo isso, algumas cidades sobreviveram às inúmeras crises e ajustaram novas forças produtivas, geralmente associadas às atividades de comércio e serviços. No campo, prevaleceram as estruturas produtivas decadentes que resistem até hoje: a pecuária extensiva e a agricultura de sequeiro.

Enquanto a cidade passa a ser responsável pela maior parte do processo de acumulação, o campo, decadente e miserável, passou a ser refúgio dos grandes proprietários com grande extensão de terras improdutivas e de grande número de famílias pobres e sem terras. Assim, se constitui o ordenamento territorial do município de Cajazeiras. A cidade se expandiu bastante na fase algodoeira em diferentes recortes temporais de ascensão e crise. A partir de meados do século XX, Cajazeiras impôs à região uma nova dinâmica reveladora de sua nova significância funcional, apoiada nas atividades de comércio e serviços.

No que tange à dinâmica econômica no campo, após a decadência das atividades econômicas acima citadas, não evidenciamos ainda mudanças significativas nas velhas estruturas produtivas. Contudo, constatamos a forte pressão para um reordenamento do espaço agrário deste município na perspectiva do estabelecimento de uma agricultura camponesa pautada em novas práticas produtivas. Isto revela as atuais mudanças verificadas com a desconcentração fundiária com o maior parcelamento das terras, através do processo de reforma agrária, fruto da luta e da resistência camponesa para a manutenção do território como forma de produção e reprodução da vida.

Partindo deste pressuposto, podemos verificar que no município de Cajazeiras, segundo dados da CPT – Sertão – PB (2014), não existe propriedade com mais de 500 hectares da terra, visto que o último assentamento criado neste município tem esse número de hectares. Porém, este dado não revela que a propriedade da terra esteja desconcentrada, uma

vez que os proprietários de terras deste município dividiram as propriedades em pequenas porções entre filhos, netos, esposas e outros, tornando-as, assim, inviáveis para fins de reforma agrária. Isso ocorre pelo fato de que no Alto Sertão paraibano uma área só pode ser desapropriada sendo superior a sete módulos fiscais. Ressalte-se que em Cajazeiras um módulo fiscal corresponde a 50 hectares, dados fornecidos pelo INCRA, superintendência da Paraíba.

A nosso ver, a precariedade da vida dos nordestinos não é resultante da fatalidade, do destino, da natureza, mas também, da ação ou omissão política, da concentração fundiária, da apropriação e utilização dos bens naturais. A partir desta afirmação, pode-se dizer que o Nordeste seco e pobre é uma criação política. Não obstante, o sertão da Paraíba não difere das demais regiões geográficas do Estado, como também se encontra entremeadado em conflitos por melhores condições de vida e acesso aos direitos básicos, especialmente, à terra e à água, por serem premissas básicas para produção e reprodução do modo de vida camponês.

3.3 AÇÕES TERRITORIAIS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: veias abertas para o Nascimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT – Sertão – PB)

Ouvi o clamor do meu povo (Ex: 3,7)

A teologia da libertação nasceu na metade do século XX, período marcado pelas transformações no cenário global e quando se destaca o surgimento e o desenvolvimento das tecnologias, sobretudo na informática e nas comunicações, mas também na engenharia genética e outros ramos das ciências. Essa nova forma de vida em sociedade, remete-se às análises sociais calcadas na concepção de exploração do trabalho pelo capital.

No campo político, testemunhou-se o fim da guerra fria e o colapso do socialismo real no Leste europeu, cuja expressão simbólica se deu com a queda do muro de Berlim (1989). Ainda neste campo, observou-se também o estabelecimento de um poder unipolar, hegemônico militarmente pelos Estados Unidos. No campo econômico, vai sendo implantada celeremente, em nível global, uma economia de mercado radical e transnacionalizada, centrada na modernização e na integração dos mercados, expandindo ainda mais a influência do setor financeiro, em particular o especulativo no campo e na cidade, intensificando significativamente a concentração e as desigualdades.

É em meio ao avanço do capital, da concentração de riqueza e, conseqüentemente, da desigualdade social que a igreja na II Conferência Episcopal Latino-Americana (católica) em

Medellín, Colômbia em 1967, expressou a sua posição em defesa dos empobrecidos, especialmente na América Latina e Caribe. Este acontecimento foi o que consolidou o comprometimento de uma igreja e uma teologia voltada preferencialmente à causa dos pobres. Esse fato culmina com um processo de formação, gestado desde a década de 50, com uma ampla base eclesial e social. Assim, fez brotar a Teologia Libertação: “A Ação Católica fundada na década de 1920 [que foi] o primeiro passo de uma igreja progressista” (MITIDIERO, 2008, p.138).

É, portanto, na tentativa de compreender o processo dialético vivenciado pela sociedade e pela igreja que recorre a Marx, visto que, em seus estudos, considerou-se a religião e a teologia como o ópio do povo. Este pensamento pautou-se na religião enquanto projeção da humanidade na divindade, sem considerar o real vivido. Assim, aquilo que se refere a Deus é relido através da via antropológica, ou seja, numa linguagem sociológica sem ponderar a realidade do vivido cotidianamente. Sendo assim, para dialogar com a teoria Marxista, é preciso inverter o caminho costumeiro da argumentação, já que ele parte do primado da práxis sobre a teoria. E, nesse caminho, o grande adversário a ser combatido naquele tempo histórico era o cristianismo, “ópio do povo”, visto como instrumento de alienação, impedindo a inserção do povo na luta pela implantação de uma sociedade justa e sem classes, através da pregação do reino dos céus para um plano transcendental. Logo, para Marx, tudo o que faça com que o povo não lute, não serve e não deve existir.

Esclarecemos, aqui, que esta análise não se aplica à teologia da libertação, visto que uma das características básicas é a negação de uma esperança transcendente, já que não se espera o reino de Deus em outro plano, mas, sim, na imanência deste mundo. Por isto, em nossa ótica, a verdadeira teologia é uma tentativa de reflexão que intenciona conciliar as contradições da fé com a racionalidade humana. Assim sendo, o povo deve ser engajado num processo de formação social que o conduza à libertação de toda forma de opressão, mesmo que para tal finalidade a religião tenha de ser metamorfoseada quantas vezes for necessária para se fazer presença junto ao povo.

Nesta perspectiva, o ponto de convergência entre a Teologia da Libertação e o Marxismo encontra-se, na leitura de uma sociedade desigual, que descobriu os caminhos para a sua edificação no sistema capitalista de produção, pautado na exploração e expropriação dos bens da natureza e do homem pelo homem. Assim, o posicionamento da teologia da libertação pode ser visualizado através da luta pela eliminação da propriedade privada, pelo fim da exploração injusta no trabalho, injustiça social e pela organização coletiva de produção dos

bens necessários à produção e reprodução da vida social. A este respeito, Libanio (2012, pp. 15) postula que:

Cabe à razão crítica marxista. Porém, as críticas perderam vigência. No entanto, a religião continua presente na vida política, já não mais como uma instituição de poder. Nessa perspectiva crítica, a Teologia da Libertação, num primeiro momento, advogou a secularização das lutas populares e considerava aspectos da religiosidade popular como alienantes. Mais adiante, descobriu, porém, a força motivadora da religião, da fé. A religião institucional se eclipsa, mas as provocações simbólicas que ela maneja, o imaginário religioso sobre o qual ela tem poder, a fé cristã enquanto potencial de mobilização interior, persistem atuantes. E toca-nos fazer soar esse diapásão na linha da libertação. Sob esse aspecto, escreveu-se muito sobre a força libertadora da religiosidade popular. Vem ao caso então a ideia de mística revolucionária. Os camponeses recorrem a uma mística que ultrapassa a experiência puramente intelectual e ideológica e desborda para a do amor, da fidelidade, do testemunho, apoiada pela crença. Ela permite perceber o caráter de uma luta do bem contra o mal, da bênção de Deus para a luta contra a cultura de opressão.

E é pensando assim que a igreja se torna presente junto à população empobrecida, materializada na teologia da libertação que nada mais é que a opção da igreja pelos pobres. Nesta teologia não se é concebida a forma clássica de caridade, visto que esta modalidade não favorece a transformação da realidade dos sujeitos. Na concepção da Teologia da Libertação, o pobre se torna protagonista de suas conquistas e libertações.

3.4 Ação territorial da Teologia da Libertação no Brasil: ouvi o grito de aflição dos empobrecidos nordestinos

No Brasil, a Teologia da Libertação nasceu no final da década 60 e início dos anos 70 num momento de ebulição social. De um lado, as populações empobrecidas que clamavam pela libertação de toda forma de exploração em que se encontravam sucumbida e, do outro, a instalação da Ditadura Militar que reprimia ferrenhamente toda e qualquer forma de contestação ao *status quo*. É em meio a este “caos” que a igreja precisaria adotar um posicionamento: ou assumir as causas dos empobrecidos e proporcionar a sua libertação, ou ficar ao lado dos opressores do povo, sendo que para a igreja assumir a causa dos empobrecidos, careceria romper com os dogmas e o tradicionalismo que lhe eram e são intrínsecos.

Deste modo, a Teologia da Libertação se institui como a opção da igreja, preferencialmente pelos pobres. No entanto, seus adeptos, juntamente com a ala mais

progressista do clero, travaram árduas lutas com a ala mais conservadora da igreja instituição, exigindo transformações em sua forma de atuação. Assim, os padres, os bispos, os teólogos e os leigos desta teologia enxergavam nas injustiças sociais uma afronta ao projeto de Deus, carecendo, assim, de uma igreja mais próxima do povo oprimido e que proporcionasse a este o levante contra a situação de opressão ao qual se encontrava inserida. Para Mitidiero (2008, p. 137-138):

Na maior parte deste período de evolução da teologia da libertação e da atuação dos religiosos radicais, os governos latino-americanos eram comandados a “ferro e fogo” por violentas ditaduras militares. No exemplo brasileiro, a defesa desse sistema político por grande parte da igreja católica, sobretudo pelos mais altos estratos da hierarquia eclesial, tornou-se pública e notória em 1º de abril de 1964, dia do golpe militar. Essa posição dos religiosos católicos serviu para segmentar e opor internamente ainda mais os constituintes da igreja e explicou os diferentes papéis cumpridos pelos clérigos frente às condições políticas deste país. De um lado, estavam os religiosos que apoiavam os militares ou não se envolviam no contexto político, ou melhor, não se indignavam com a situação social do rebanho. De outro lado, estavam os religiosos inspirados pela Teologia da Libertação, que enxergavam, na organização do povo, a melhor forma de romper a opressão política e econômica.

Como isso, Mitidiero Jr. afirma que o cenário em que surgiu a Teologia da Libertação no Brasil foi um período histórico marcado não só pela forte repressão social e do abafamento de toda forma de organização e de contestação ao *status quo*, mas também pela igreja dividida entre a causa dos oprimidos e a dos opressores. Entremeadada por esta dualidade, a Igreja segue seu curso de conflito dentro e fora, pois de um lado havia a parte reacionária que afirmava não ser papel dela interferir na vida social dos seus fiéis, visto ser um fato político e a Igreja, por isso, não deveria assumir esta causa. A ela não conferia a inserção em assuntos de natureza política. Por outro lado, a parte progressista defendendo a sua abertura para compreender e intervir na realidade da negação de direitos e de exploração vivenciada pela classe trabalhadora brasileira, especialmente no Nordeste, por apresentar níveis altíssimos de pobres e miseráveis.

Desse modo, a Igreja no Brasil, mesmo com pensamentos e ações conflitantes, assumiu a causa das populações empobrecidas e se comprometeu em contribuir com a libertação da situação de opressão dos seus fiéis. Assim, Pe. Hermínio Canova, fundador e assessor da Comissão Pastoral da Terra – Nordeste II, quando indagado a respeito sobre o que fez surgir a Teologia da Libertação, respondeu:

No Nordeste o que fez surgir a Teologia Libertação foi a Animação Cristã Católica Rural (ACR), sobretudo, a Ação Católica Operária (ACO) em meio a Ditadura

Militar. Primeiro: Ação Católica Operaria, segundo: Paulo Freire, a partir da Teologia Libertadora, terceiro: José Comblim, com a Teologia da Enxada e a Escola de Formação Missionária. Todos estes momentos de animação cristã foram essenciais para a construção dos caminhos que conduziu a população empobrecida a enxergar todas as formas de opressão e exploração vivenciada pelo povo nordestino, a partir da vivência da fé capaz de libertá-los da condição de opressão. O Movimento de Educação de Base (MEB) tinha como propósito ensinar ler e escrever e, ou mesmo tempo conscientizá-los para mudar a realidade. O processo de Educação proposto por Paulo Freire tinha como centralidade: uma educação libertadora inspirada na leitura do evangelho capaz de suscitar o desejo de transformar a realidade e propiciar a libertação dos camponeses toda forma de opressão e de escravidão (Entrevista concedida em janeiro 2014).

Contudo, a realidade da região Nordeste era ainda mais desafiadora à Igreja no Brasil, visto que a situação era mais trágica, por apresentar altos níveis de concentração de terra, de renda e de pobreza. A este respeito, o Documento da CNBB, destacou:

Eu vi a aflição do meu povo. Eu ouvi os seus clamores. E desci para o libertar. Temos a certeza de que Deus, hoje como sempre, não se fecha ao grito de 36 milhões de nordestinos e interpela a Igreja no Brasil e a cada um de nós por sua libertação. São milhões no sertão, nos canaviais, no vale da São Francisco, nas periferias urbanas. O povo nordestino, através de milhares de vozes, de milhares de abaixo-assinados das comunidades, de centenas de manifestações de ruas, de pautas de reivindicações dos sindicatos dos trabalhadores, está clamando por terra para plantar, por trabalho e salário justo para ganhar o pão com o suor do rosto, por água, por sementes para plantio, saúde e tratamento humano. No grito de milhões, o povo quer um modelo sócio-econômico que propicie pão em todas as mesas, liberdade, justiça, participação efetiva no processo de autopromoção (CNBB, 1984, p. 6, 7).

Assim, a Igreja se fez carne e habitou entre os pobres, especialmente, no Nordeste. A questão social era ainda mais recorrente, já que, na porção semiárida existia uma tendência generalizada (por parte das elites e do Estado) em associar a situação de miséria vivenciada pela população sertaneja às condições edafoclimáticas, à seca. Entretanto, “a causa principal não é a falta de água e de chuva. Não há uma correspondência direta entre a falta de chuva e o flagelo da seca” (CNBB, 1984, p. 11). Sendo assim, a criação do Nordeste seco e miserável é estereotipada⁷ e é, antes de tudo, uma produção política para justificar a cerca que aprisiona a terra e a possibilidade dos nordestinos (camponeses) produzirem e reproduzirem o seu modo de vida.

Não obstante, na Zona da Mata a realidade dos trabalhadores nos canaviais era ainda mais precária e crítica, uma vez que estes estavam submetidos às condições desumanas de

⁷ - A respeito dos estereótipos nordestinos, consultar: ALBUQUERQUE, Jr., Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

trabalho, chegando a se assemelhar ao trabalho escravo. Foi neste cenário de negação de direitos, de concentração de terra, de água e de renda que os trabalhadores soltaram o grito de revolta contra a cultura de sofrimento, de exploração e de expropriação. Este movimento se concretizou com a fundação das Ligas Camponesas no Litoral pernambucano e paraibano, entretanto não se pode deixar de considerar as lutas históricas dos povos indígenas e das populações negras, enquanto resistência a toda forma de opressão e repressão.

No tocante ao entendimento das lutas sociais considera-se que estas são resultantes das transformações ocorridas no tempo e no espaço. Nesse sentido, a Teologia da Libertação recorre aos processos históricos, na perspectiva de entendê-lo para, assim, intervir na realidade, de acordo com necessidade local. Mitidiero Jr. ressalta que:

A Teologia da Libertação descobre a história como o decorrer contínuo do tempo que sempre suporá mudanças e transformações. Não se trata de lutar dogmaticamente contra a história, mas lutar com a história. Por isto, essa teologia realiza-se com a reflexão teológica crítica da práxis histórica, baseada na análise da realidade sócio-territorial dos cristões em confronto com a mensagem do Evangelho realizada a luz da fé. É um ritual de análise da sociedade e do território no qual se vive, iluminado pelos textos bíblicos, pela teologia produto dessa reflexão e pela conseqüente ação pastoral que decorrerá das ações dos sujeitos históricos ao assumirem a missão libertadora da igreja (2008, p.109).

De acordo com Mitideiro, torna-se imprescindível o resgate histórico, como forma de compreender/entender as transformações ocorridas no espaço-tempo que se traduz na predisposição que os sujeitos exercem no processo de construção e apropriação do território, visto como o vivido cotidianamente, carregado de rupturas e permanências. É balizado pelo entendimento que os sujeitos têm capacidade de construir e reconstruir a história intrínseca ao espaço, ao tempo e ao território que se apresentam com o surgimento e os passos percorridos pela Teologia da Libertação no Alto Sertão da Paraíba.

3.5 Memória da Ação Territorial da Teologia da Libertação no espaço agrário do município de Cajazeiras

Antes de qualquer discussão acerca das lutas sociais no campo, não se pode deixar de ressaltar que, historicamente, os nordestinos resistiram a toda forma de opressão e imposição, desde o processo de colonização. Os primeiros povos a se levantarem contra a situação exploração e expropriação foram os Povos Indígenas e as Populações Negras.

Gonh (2000) apresenta algumas lutas de contestações ocorridas em terras Paraibanas no século XIX, a citar: o Ronco das Abelhas (1851 – 1852) foi uma movimentação ocorrida no campo, bem como a Revolta do Quebra Quilo (1874 – 1875). Estes são alguns exemplos de lutas e resistências das populações camponesas ao longo do tempo e da história. Sabe-se que várias outras existiram e ainda existem na atualidade. Muitas, porém, nem foram registradas⁸.

Os camponeses paraibanos caracterizaram-se, historicamente, por ser lutador e resistente a toda forma de exploração e imposição. Com esta afirmação, pretende-se seguir com a discussão acerca das lutas de maior repercussão ocorridas no século XX. A este respeito Moreira (2011) diz que foi, justamente, a condição de submissão e de exploração vivenciada pelo campesinato que suscitou a luta contra a situação de sofrimento e de expropriação. Esta condição que fez surgirem as Ligas Camponesas no Nordeste, a partir de 1955, com a fundação da Sociedade de Agricultura e de Criação dos Plantadores de Pernambuco, no Engenho Galileia, situado no município pernambucano, de Vitória de Santo Antão e em Sapé na Paraíba. Esta luta caracterizou-se enquanto enfrentamento e resistência ao aumento do foro, do cambão, dos salários aviltantes e a luta pela reforma agrária.

Não obstante, no Sertão paraibano a realidade vivenciada pelo campesinato não difere de outras regiões. É em meio à situação de exploração do campesinato, bem como das populações empobrecidas que viviam nas periferias das cidades que a Teologia da Libertação nasceu na Mesorregião denominada de Alto Sertão, ouvindo o clamor dos empobrecidos, vindos de toda parte, que gritavam sem cessar pedindo por terra, pão, paz e justiça social, especialmente no campo. Isto porque, de acordo com Moreira e Targino (1997), nos anos 60 e 70, aproximadamente de 65% da população paraibana residiam no campo. No entanto, a propriedade da terra encontrava-se extremamente concentrada – este é o mote de justiça à luta e a resistência camponesa pela democratização da terra.

No campo político, a sociedade vivenciava um momento delicado do ponto de vista organizacional e de enfrentamento ao *status quo*, visto que a Ditadura Militar reprimia toda e qualquer forma de questionamento ao Estado. Deste modo, o Movimento de Evangelização Rural (MER) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tornaram-se um meio para as comunidades rurais, um viés, de discussão da realidade vivenciada pelos camponeses e, ao mesmo tempo, favorecia à população enxergar as contínuas e sistemáticas dificuldades sociais impostas pelo modo de produção, assim como as transformações ocorridas no campo.

⁸ - Por se tratar de um trabalho monográfico, não dispusemos de tempo para aprofundar informações e reflexões sobre estas lutas. No entanto, nos comprometemos em continuar num próximo estudo.

É neste cenário político, social, econômico, eclesiástico, repressivo e de significativas mudanças na sociedade que, segundo Petersen e Almeida (2006), as famílias camponesas redescobriram a Igreja não apenas como espaço de expressão e de renovação da fé religiosa, mas também enquanto espaço de reflexão e análise coletiva da realidade vivenciada na sociedade. Assim, a vivência e a reflexão comunitária eram fundamentadas no método dialético de ver, refletir e agir, na perspectiva de encontrar coletivamente alternativas de superar efetivamente a exploração dos patrões. Sendo assim, o caminho que conduzia a reflexão-ação-reflexão era a leitura crítica do evangelho.

Os estudos históricos da presença da Teologia da Libertação na Mesorregião do Alto Sertão, mais especificamente, no Município de Cajazeiras, revelam, portanto, o quanto a ação libertadora da Igreja foi determinante para o despertar das populações empobrecidas que encontraram na organização camponesa, a forma viável de libertação da situação de exploração, visto que os trabalhadores estavam tão tomados pelo sofrimento cotidiano e, sozinhos não conseguiam enxergar e enfrentar a exploração e a expropriação do patrão.

Assim, constata-se o quanto foi determinante para a efetivação da Teologia da Libertação a chegada dos padres Italianos na Diocese de Cajazeiras, por volta dos anos 70. Estes padres trouxeram consigo o sentimento de indignação com as injustiças acometidas às populações empobrecidas, visto que a situação vivenciada pelos trabalhadores do campo era ainda mais calamitosa. Os padres, vendo a situação do campesinato na microrregião de Cajazeiras, se compadeceram e assumiram a causa dos pobres, por acreditarem que para ser fiel e coerente ao projeto de Deus seria essencial promover a libertação dos camponeses daquela situação de semiescravidão a qual estavam submetidos. Sendo assim, as primeiras ações desencadeadas, segundo Francisco Vieira Filho, fundador do Movimento de Evangelização Rural (MER) no Alto Sertão, afirmou que os padres Italianos se compadeceram ao ver a carência dos trabalhadores do campo, ou seja, a exploração dos patrões.

Naquela época, o patrão tinha os moradores e os colocavam para morar em casas de taipa ou de alvenaria, mas de péssima qualidade. Os moradores plantavam o algodão e era metade para o patrão e metade para o morador. Nesta história, além do morador pagar a metade para o patrão ele ainda fornecia a mercadoria ruim e cara e, ainda assim, cobrava os juros. Quando terminava tudo, o morador praticamente não ficava com nada ou, ainda ficava devendo ao patrão para pagar nos anos seguintes – “era uma situação que doía na alma”⁹.

⁹ - Sobre a situação dos trabalhadores do campo no alto sertão paraibano ver o documentário, O País de São Saruê. Direção Vladimir Carvalho. Rio de Janeiro: restaurado pela Labo Cine, 1970. 1. Documentário

Os Padres, vendo a situação de exploração em que os camponeses se encontravam, começaram a reunir um grupo formado por Francisco Vieira, Zefinha Teixeira, Valdeci Barreto, Lorival e outros. Nesta mesma época, Padre Nelson era vigário em Boqueirão dos Cochós, onde hoje é a cidade de Igaraci. Tomando conhecimento da efervescência dos camponeses na microrregião de Cajazeiras, procurou se aproximar e fortalecer a articulação entre os grupos. O Padre Nelson, Carmil e tantos outros adeptos da Teologia da Libertação já estavam fazendo o trabalho de articulação e ampliação organizacional dos camponeses na Paraíba e no Brasil como um todo.

Deste modo, os Padres, os leigos e os trabalhadores movimentaram tanto a Igreja, instituição, como os proprietários de terras. Quando a organização dos trabalhadores começou a ganhar espaço, ganhar questões (“aí começou mesmo a ferver o caldeirão”) vieram as perseguições de toda parte: do ministério do trabalho, da justiça federal, dos patrões e da própria Igreja¹⁰.

Toda esta movimentação acontecia com o apoio da “Igreja”. No entanto, o Bispo Diocesano era Dom Zacarias que pertencia à ala mais conservadora da Igreja. Segundo Pe. Gervásio, a Diocese de Cajazeiras foi pouco perseguida no período da Ditadura Militar, por conta da proximidade do bispo com os militares que tinham plena confiança nele. Entretanto, mesmo com a morte do Bispo conservador na Diocese de Cajazeiras, a luta e a organização do campesinato na região continuou, visto que no período da ditadura militar a Rádio Alto Piranhas pertencia a Diocese e o Movimento de Evangelização Rural (MER) tinha um programa denominado Evangelho no Campo. Nesta ocasião, o Padre Mauro Carli lia um trecho do evangelho e os trabalhadores do MER (Francisco Vieira, Osmar e Zefinha) faziam os comentários com base no Estatuto da Terra. E isto era motivo que irritava os patrões, que chegavam a chamar o Padre e os trabalhadores de infelizes, pois inventavam de ler o evangelho para colocar os trabalhadores contra os patrões¹¹.

No entanto, toda esta ebulição estava sendo alicerçada no campo e cidade. No campo, com a criação de algumas Cooperativas de Trabalhadores e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e na cidade com a constituição das Associações de Bairros. Toda esta agitação foi nutrida pela atuação territorial da Teologia da Libertação, através da ação pastoral

(1h:23m:37s), cópia de 35mm, p&b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HiznfkUBBqE>. Acesso em 24 de março de 2015.

¹⁰ Segundo informações do Fundador do Movimento de Evangelização Rural (MER): Francisco Vieira Filho todas as reuniões eram registradas em forma de ata. No entanto, toda esta documentação precisou ser enterrada para não servir de provas contra eles, quando a Polícia Federal iniciou a investigação contra eles, em plena Ditadura Militar.

¹¹ Na conversa com o fundador do Movimento, ele nos confidenciou que a Polícia não os prendeu na Ditadura, porque os programas da rádio não eram gravados, e a punição, por isto, foi fechar a rádio por 48 horas.

desencadeada pelos Padres Italianos e pelas Pastorais Sociais Diocesanas. A principal motivação para a compreensão/entendimento da realidade era a leitura do evangelho como forma de refletir e agir de acordo com a realidade vivenciada no tempo e no espaço. Isto é, para a Diocese o trabalho que estava sendo feito era de catequese, mas na verdade estava acontecendo a formação sindical dos trabalhadores. Estas foram as primeiras ações de Teologia da Libertação na Mesorregião do Alto Sertão. Deste modo, as primeiras sementes foram lançadas no chão seco, porém fértil que fez brotar, em pleno Sertão, a força e a vontade dos camponeses em lutar pelo acesso à terra, à água, à alimentação de qualidade e melhores condições de vida.

A luta campesina na Mesorregião do Alto Sertão assemelhava-se à luta contra a cultura de fome, de negação de direitos, bem como de enfrentamento à situação de exploração e de semiescravidão em que os trabalhadores viviam. Aqui estão os primeiros passos para o nascimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT / Sertão – PB).

3.6 Atuação territorial da Teologia da Libertação à Comissão Pastoral da Terra (CPT – Sertão – PB): veias que transplantaram a luta do campesinato no município de Cajazeiras

O evento que fez emergir a CPT aconteceu na cidade João Pessoa, com o apoio do Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, Dom José Maria Pires e o Bispo da Diocese de Guarabira Dom Marcelo Pinto Cavalheira. Estes Bispos convocaram e realizaram a Assembleia Regional da Pastoral Rural em 1989.

Foi nesta ocasião que nasceu em terras Paraibanas a Comissão Pastoral da Terra, nas quatro Dioceses, a saber: João Pessoa, Guarabira, Campina Grande e Cajazeiras. No entanto, as três pessoas: José Luiz Filho, José Lisboa e Valdeci Santiago Barreto, da Diocese de Cajazeiras, estavam participando da Assembleia sem a autorização do Bispo Diocesano Dom Zacarias, que não concordava com o nascimento da Comissão Pastoral da Terra. Sendo assim, a (CPT – Sertão – PB) nasceu à revelia da Diocese de Cajazeiras, mas com a anuência do Bispo da Diocese de Patos. Por isto é denominada de CPT – Sertão - PB e, não da Diocese de Cajazeiras.

Partindo desta premissa, Mitideiro (2008, p. 154) apresenta algumas circunstâncias que foram propícias para o nascimento da Comissão Pastoral da Terra:

Um conjunto de circunstâncias sociais e eclesiais permitiu a emergência da CPT. Com isto, acredito que a Pastoral da Terra tenha sido marcada por vários tempos no

momento de sua formação: o tempo social caracterizado pela realidade perversa e submissa do povo do campo; o tempo eclesial referido a um momento de remodelação da missão da Igreja provinda do Concílio Vaticano II, das conferências de Medellín e Puebla e do aparecimento da Teologia da Libertação; e a temporalidade atemporal do texto sagrado, ou seja, referido ao tempo presente, os ensinamentos e mandamentos universais e atemporais de Bíblia Sagrada foram os norteadores das transformações sociais, políticas e territoriais às quais essa comissão se engajou.

Tal consideração reafirma as dualidades existentes na sociedade e na Igreja. O envolvimento da Comissão Pastoral da Terra e a sua inserção no contexto de luta pelo acesso à terra revelam a sua importância no processo de ordenamento e reordenamento territorial, materializados na conquista da terra, assim como na utopia de formação dos territórios mais justos e igualitários do ponto de vista sócio territorial, econômico e político.

Balizado pelo sentimento de resistência que muitos fizeram e fazem de suas vidas uma luta constante, na perspectiva de proporcionar às populações empobrecidas a libertação da situação de injustiças em que estão inseridos. Somente no Estado da Paraíba existe, desde a sua fundação até os dias atuais, quatro Equipes de Comissão Pastoral da Terra, distribuídas nos municípios de Cajazeiras, Campina Grande, Guarabira e João Pessoa, com a conquista de aproximadamente 300 Assentamentos de Reforma Agrária.

Na Mesorregião do Alto Sertão, frutos da luta e da resistência camponesa, a partir da atuação territorial da (CPT – Sertão – PB), foram conquistados 36 assentamentos de reforma agrária em 18 municípios, beneficiando um número de 1.389 famílias, desconcentrando 336.383.01 hectares de terras. Essas terras estavam aprisionadas pela cerca do patrão e agora estão “libertas” para produzir cem por um¹², proporcionando aos camponeses à garantia da produção e reprodução da vida e do modo de vida camponês.

A este respeito, Carvalho (2005) destaca que democratizar a posse da terra e seu uso é indispensável para garantir a vida e a reprodução humana, uma vez que é a terra o meio da produção de alimentos e de criação de animais, especialmente para aqueles que nela trabalham e produzem. Sendo assim, a terra é a condição primordial para produção e reprodução do campesinato. E a relação do camponês com a terra é de respeito à diversidade e à biodiversidade que inclui todos os bens da natureza, os ecossistemas, as culturas dos povos e todas as relações humanas. Esses são valores que se transformaram em princípios e que nortearam os comportamentos cotidianos dos sujeitos que precisam dos bens naturais para

¹² Cem por um é uma expressão bíblica que significa a multiplicação da produção e a na lógica camponesa produzir cem por um é a produção livre das cercas e da exploração do patrão.

garantir que, no futuro, existirá vida, e para manutenção e conservação do modo de vida camponês.

Deste modo, a identidade camponesa deve ser vista, a partir de elementos culturais e simbólicos importantes para a conquista dos direitos da cidadania camponesa, sobretudo quando essa identidade fortalece o campo político de lutas que constitui as características das territorialidades camponesas de nosso tempo. Sendo assim, a disposição dos territórios, o sentimento de pertencimento que reforça e dá visibilidades às territorialidades e que se constrói a partir de grandes enfrentamentos, e, ainda, a consolidação de experiências camponesas acontecem na oposição e na negação da agricultura patronal.

Assim, reconhecemos a dinamicidade dos camponeses assentados, definindo e redefinindo suas bases territoriais. Nesse sentido, estamos atentos às novas dinâmicas territoriais e seus desdobramentos. Não podemos abrir mão de conceitos de território e de territorialidade que já nos levaram a entender que, embora ao longo do tempo, mudem as estratégias adotadas por esses grupos sociais, a terra reivindicada indica vínculos antigos desses grupos com a mesma ou assinala traços de uma memória recorrente que nem mesmo a desterritorialização conseguiu apagar.

Considera-se, portanto, que a Teologia da Libertação materializada posteriormente na Comissão Pastoral da Terra tenha contribuído de forma significativa para o ordenamento territorial do município de Cajazeiras, já que como fruto de sua atuação territorial existem sete assentamentos de reforma agrária beneficiando 195 famílias, desconcentrando 6.373.72 hectares de terras. É visível a participação da CPT – Sertão – PB no processo de organização das lutas camponesas territoriais no município de Cajazeiras. Estas lutas foram vitoriosas pela capilaridade organizacional e a relação de poder exercida pelos sujeitos envolvidos, uma vez que toda forma de organização nasce imbricada à lógica territorial, carecendo, assim, de luta e da resistência social, características fundamentais para a construção e reconstrução do modo de ser de viver camponês.

Portanto, a luta pela reforma agrária ainda é motivo de grandes mobilizações e conflitos na contemporaneidade. É preciso não esquecer que as trajetórias dos grupos sociais camponeses e das populações tradicionais na terra comportam experiências de expropriações e violências materiais e simbólicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica difícil chegar às conclusões acerca da atuação da Teologia da Libertação e posteriormente, da Comissão Pastoral da Terra, uma vez que estas não são somente compostas pela missão profética da Igreja, mas também porque estão mergulhadas na história de sua atuação que, faz emergir do complexo movimento de ser e estar no mundo, visto como movimento dialético transformador da realidade social. Assim, a atuação Pastoral pressupõe o ser, o estar e agir no mundo, de forma a pensar e repensar a sua essência profética e teológica, desde que continue alimentando o sentimento libertador existente em cada sujeito.

O entendimento dos fatos históricos que fizeram emergir a Teologia da Libertação na Mesorregião do Alto Sertão, bem como em Cajazeiras, nos remete à reflexão de sua atuação Pastoral que, mesmo sem o aval do Bispo, espalhou sementes de libertação que motivaram os camponeses a lutar pelos direitos historicamente negligenciados. A nosso ver, as sementes que foram espalhadas na década de 1970 floresceram, efetivamente, no final dos anos 80, com a nova empreitada de luta pelo acesso à terra, primeiramente nas margens dos açudes públicos, posteriormente, em áreas privadas.

Entretanto, faz-se necessário destacar que a Teologia da Libertação e sua atuação junto as Comunidades Eclesiais de Base contribuíram de forma significativa para a constituição das lutas camponesas na mesorregião do Alto Sertão, assim como no município de Cajazeiras, não somente, enquanto atuação Pastoral, mas também assumindo o protagonismo da conquista do território de esperança, fruto da luta e da resistência camponesas, alcançado a partir da labuta cotidiana e da esperança coletivamente em ter terra, pão e direitos.

Assim, a Comissão Pastoral Terra na Paraíba, bem como no Alto Sertão assumiu e assume o caráter de ser mais que um apoio na luta pela democratização da terra. Esta pode ser vista como uma entidade que, como resultado de sua ação social, sustenta as territorialidades, de modo que, ao longo do tempo, vem favorecendo a quebra do paradigma que vê o campo paraibano pautado na dominação e submissão exercidas pelos latifundiários.

Portanto, estas são algumas considerações que não estão prontas nem acabadas, por acreditar que este trabalho vai muito além destes pressupostos apresentados. Existe, enfim, uma série de fatos e acontecimentos que merecem destaque, mas por se tratar de um trabalho monográfico, não dispusemos de tempo para aprofundar e ampliar o estudo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo, 8. ed. Cortez, 2011, p.1-334.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização: companhia das letras. **Cultura brasileira e culturas brasileiras**. São Paulo: 1992. p.308-345: Disponível em: <<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/BosiACulturabrasileira.pdf>> (Acesso: 20/11/2014, às 18h15min).

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI**: possibilidades e condicionamentos do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CODINA, Victor SJ. **Teologia simbólica da Terra**. Petrópolis: Vozes, 1996.

DOCUMENTOS DA CNBB. **Nordeste**: desafio à missão da igreja no Brasil. Texto aprovado na 22ª reunião ordinária do conselho permanente. São Paulo: Paulinos, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST – movimento dos trabalhadores rurais sem terra**: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Editora Nacional, 2005, p. 1- 238.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. São Paulo. Atlas, 2002. p. 1- 176.

GONH, Maria da Glória. Lutas e movimentos sociais. In: _____. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003, p. 13-94.

_____. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Rev. Mediações**. Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9194/7788>> (Acesso em: 10/02/2015, às 20h).

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa On-line**. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br>> (Acesso em 23/02/2015)

LIBANIO, João Batista. Teologia da Libertação: esquerda católica e inserção. **PLURA, Revista de Estudos de Religião**, ISSN 2179-0019, vol. 3, nº 1, 2012, p. 4-25, Disponível em: <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/plura/article/viewFile/349/pdf_33> (Acesso: 15/01/2015, às 14h).

LIMA, Aline Barbosa. **Assentamento APASA – PB**: a agroecologia na construção de novas territorialidades. Dissertação de Mestrado/ UFPB: 2008. Disponível em:

<http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/aline_barboza.pdf> (Acesso em: 18/04/2011, 17h25min).

LIMA, Silvana Lúcia da Silva. Organização Socioeconômica e o Papel do Estado na Configuração Territorial do Sertão Nordeste. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.4, n. 7, p. 140-166, fev. 2009.

MARTINS, José de Sousa. **O cativo da terra**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MELO, Mario Lacerda de. **Regionalização agrária no Nordeste**. Recife: SUDENE, 1978, p. 1-225.

MITIDIERO, Marcos Antonio Junior. **A ação territorial de uma igreja radial**: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral no Estado da Paraíba. Tese de Doutorado USP, São Paulo, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. A Geografia humana como história territorial. In: _____. **Território e história no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. p. 37-47.

MOREIRA, Emília. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba/Emilia Moreira, Ivan Targino**, João Pessoa: Editora Universitaria/UFPB, 1997.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **REVISTA NERA**. ANO 10, n. 10 Rio de Janeiro, 2007 – ISSN: 1806-6755, disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/1424>>. (Acesso em: 20/07/2014).

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; MENEZES, Marilda. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **Ruris**, volume 5, n. 1, março de 2011. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/download/962/697>. (Acesso em: 20/08/2014, às 19h).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Prefácio. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão Agrária no Brasil**. 47. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, Sílvio Gomes de. **Rincões transformadores**: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro. Redes AS-PTA. Rio de Janeiro, 2006.

QUEIROZ, M. S. C. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1973.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSSINI, Rosa Ester. A Produção do Novo Espaço Rural: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 4, n. 8, p. 5-28, ago., 2009.

SANTOS M. **Por uma Geografia Nova**. Ciência e Tecnologia. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 1-236.

WOORTMANN, K. Com parentes não se negocia: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico/87**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.